



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
ANA BÁRBARA NARCISO DE ARAÚJO

**A RELIGIÃO NOS DISCURSOS DOS LÍDERES POLÍTICOS:
UMA ANÁLISE DENTRO DO CONFLITO ÁRABE ISRAELENSE**

Tubarão
2019

ANA BÁRBARA NARCISO DE ARAÚJO

**A RELIGIÃO NOS DISCURSOS DOS LÍDERES POLÍTICOS:
UMA ANÁLISE DENTRO DO CONFLITO ÁRABE ISRAELENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Relações
Internacionais, da Universidade do Sul de Santa
Catarina, como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel.

Orientador: Luciano Daudt da Rocha, Me.

Tubarão

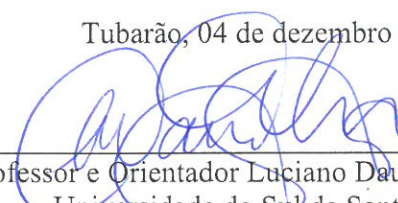
2019

ANA BÁRBARA NARCISO DE ARAÚJO

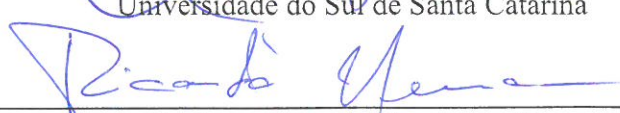
**A RELIGIÃO NOS DISCURSOS DOS LÍDERES POLÍTICOS:
UMA ANÁLISE DENTRO DO CONFLITO ÁRABE ISRAELENSE**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina.

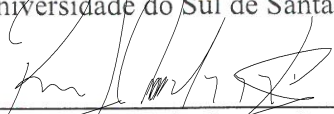
Tubarão, 04 de dezembro de 2019



Professor e Orientador Luciano Daudt da Rocha, Me.
Universidade do Sul de Santa Catarina



Professor Ricardo Neumann, Dr,
Universidade do Sul de Santa Catarina



Professor Rogério Santos da Costa, Dr
Universidade do Sul de Santa Catarina

Dedico esta pesquisa à minha família, pela paciência e carinho, e aos civis judeus e palestinos que sofrem há anos com essa guerra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço.

Primeiramente a Deus, pela sua presença na minha vida, me dando saúde e força para enfrentar as dificuldades.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e paciência, nestes últimos meses de estudo e noites em claro.

As minhas irmãs e minha sobrinha, por todo carinho e amor.

Aos meus colegas e amigos, pelo incentivo e carinho nestes últimos meses.

Ao meu professor e orientador Luciano Daudt da Rocha, pela sua orientação, apoio, confiança e paciência com minhas dúvidas.

Aos professores Agostinho Schneiders e Milene Kindermann pelo apoio e pelos conselhos e incentivos na elaboração deste estudo.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“As religiões são caminhos diferentes convergindo para o mesmo ponto. Que importância faz se seguimos por caminhos diferentes, desde que alcancemos o mesmo objetivo?” (Mahatma Gandhi)

RESUMO

O presente estudo consiste em uma pesquisa descritiva, com coleta de dados exploratória e documental de método qualitativo, que tem o objetivo principal de identificar como princípios religiosos podem ser transpostos para o âmbito político econômico a partir das falas dos seus líderes. Com esta finalidade, foram analisados os discursos do Primeiro Ministro do Estado de Israel, Sr. Benjamin Netanyahu e do Presidente da Autoridade Palestina, Sr. Mahmoud Abbas, no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, entre os anos de 2014 e 2018, buscando observar nestes discursos as falas referentes aos desdobramentos do conflito árabe israelense que possuem motivações religiosas. Com os discursos analisados, foram debatidos os argumentos com base religiosa, utilizados pelos líderes políticos em seus discursos no âmbito das Nações Unidas, criando um panorama de como a religião é colocada dentro do conflito árabe israelense e concluiu-se que, o principal traço religioso presente nos discursos é a utilização da religião e da cultura do outro de forma pejorativa, ou seja, é criada uma oposição cultural visando fortalecer argumentos políticos.

Palavras Chave: Religião nas Relações Internacionais; Estado de Israel; Autoridade Palestina; AGNU.

ABSTRACT

This study consists of a descriptive research, with exploratory and documentary data collection of qualitative method, which is the main objective of identifying how religious can be transposed to the political public from the speech of their leaders. With this requirement, we analyzed the speeches of the Prime Minister of the State of Israel, Mr. Benjamin Netanyahu and the President of the Palestinian Authority, Mr. Mahmoud Abbas, at the United Nations General Assembly, between 2014 and 2018, seeking to observe these speeches such as speeches related to the unfolding of Israeli conflicts that have religious motivations. With the speeches analyzed, the religiously based arguments were debated, using political leaders in their UN speeches, creating an overview of how religion is prohibited within Israeli and Israeli historical conflicts and what they are, the main feature religious present in the discourses is the use of religion and the culture otherwise pejorative, that is, a cultural opposition is created that affects the political arguments.

Keywords: Religion in International Relations; State of Israel; Palestinian Authority; GAUN

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Plano de partilha do território palestino.	40
Figura 2 – Território palestino após a Guerra de 1948.	42
Figura 3 – Território palestino nos anos de 1967, 1988 e 2014.	44

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	POLÍTICA E RELIGIÃO NA HISTÓRIA DO OCIDENTE	15
3	O CONFLITO ÁRABE ISRAELENSE.....	24
3.1	CONTEXTO RELIGIOSO.....	24
3.2	DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO CONFLITO	27
3.2.1	Primeiro Período	28
3.2.2	Segundo Período.....	33
3.2.3	Terceiro Período.....	37
4	OS DISCURSOS DAS LIDERANÇAS DE ISRAEL E DA PALESTINA NAS NAÇÕES UNIDAS	47
4.1	69º SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS EM 2014.....	47
4.2	70º SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS EM 2015.....	51
4.3	71º SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS EM 2016.....	54
4.4	72º SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS EM 2017.....	57
4.5	73º SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS EM 2018.....	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
6	REFERÊNCIAS.....	66

1 INTRODUÇÃO

O plano de fundo da política internacional atual apresenta-se bastante complexo, afinal, tem-se um sistema de Estados anárquico que ainda administra diversos assuntos mal resolvidos dos séculos anteriores. Ou seja, tem-se muitos países competindo nos campos econômico, político, territorial e cultural, com uma grande diversidade de fatores fomentando essas disputas, e mesmo possuindo leis internacionais, o sistema é desprovido de qualquer poder supranacional que controle as relações entre os Estados.

Neste contexto, entre outros conflitos da atualidade tem-se a disputa árabe israelense, que envolvendo diretamente o Estado de Israel e a Autoridade Palestina, pode ser considerada primeiramente um conflito civilizacional, em virtude da oposição religiosa e étnica presente na disputa. E posteriormente, um conflito político e territorial, visto que, essa disputa reflete na atualidade consequências de disputas internacionais de séculos anteriores, como os alinhamentos geopolíticos que usavam o conflito para obter vantagens.

A religião enquanto aspecto político e social, tem na história um papel muito importante, desde antes da formação dos Estados Nacionais, até na atualidade, a religião representa uma parte significativa das relações de poder do Sistema Internacional. A partir de sua influência dentro da política doméstica dos Estados, é possível observar que a alternância entre os países detentores do poder no cenário global, presente na história das relações internacionais, tem sempre a religião como um influenciador direto ou indireto.

A presença da religião como um aspecto tão forte dentro das sociedades mostra que, mesmo com a secularização das instituições e dos Estados Nacionais, aspectos tradicionais e conservadores ainda tem força política no cenário internacional. Na atualidade existe uma grande diversidade religiosa, entretanto, tem-se um ideal extremamente simplista de um ocidente cristão e de um oriente muçulmano que leva em consideração o número de adeptos de determinada religião em determinada região e a representatividade desses adeptos em âmbito internacional.

O ocidente e o oriente, apresentam uma grande diversidade religiosa, entretanto, considerando que determinado grupo religioso pode exercer maior representatividade no contexto político e social do que outro, foi criada a ideia de um “ocidente cristão”, por sua influência na Europa e nas américas e um “oriente muçulmano”, principalmente no que se refere ao Oriente Médio que possui um grande número de Estados Confessionais muçulmanos. Outro ponto que fortalece essa ideia de polarização religiosa cultural é a singularidade das relações entre os países árabes e as potências europeias e americanas.

Nos dias atuais os principais conflitos territoriais e políticos nos âmbitos internacional e regional, relacionam-se a questão econômica, e isso deve-se ao capitalismo em conjunto com a globalização, os quais fomentam as disputas entre os Estados, a interação entre os povos e a competitividade econômica, a partir da diversidade político econômica do cenário internacional. Neste contexto, tem-se os aspectos que influenciam direta ou indiretamente esses conflitos, e entre eles pode-se destacar a religião.

A religião pode entrar nesta conjuntura como um aspecto influenciador direto, onde tem-se como exemplos na Ásia os conflitos entre a Índia e o Paquistão, o Irã e a Arábia Saudita e o Estado de Israel e a Autoridade Palestina, os quais envolvem questões econômicas, mas também tem fundo em divergências religiosas e étnicas. Ou como um influenciador indireto, onde tem-se nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil o crescimento do movimento conservador, o qual tem como base princípios da ideologia cristã.

O conflito árabe israelense, sendo caracterizado como a disputa entre palestinos e israelenses pelo território da Palestina, apresenta-se extremamente complexo, por ser um conflito civilizacional de longa duração, por envolver potências internacionais e por desafiar a legalidade e a efetividade de instituições seculares como a Organização das Nações Unidas. Assim como, apresenta-se também abrangente, pela antiguidade do conflito e pelas poucas possibilidades de resolução de suas divergências a curto prazo.

O conflito árabe israelense mesmo tendo origem antes do século XX, apresenta significativas mudanças no período entre 1917, com os países ainda lutando a Primeira Guerra Mundial e 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial. Neste contexto o conflito pode ser analisado sobre três pontos de vista, considerando os interesses dos envolvidos, os aspectos influenciadores e a estrutura do cenário internacional, que estava migrando do sistema impérios, seguido de colonizações até a estrutura atual de Estados Nacionais soberanos.

O primeiro ponto de vista é o palestino, onde tem-se um povo de maioria árabe muçulmana, buscando sua autodeterminação através de um Estado soberano Palestino em seu território de origem. Neste contexto vale destacar que, o desejo palestino de soberania em seu território, apresenta-se como uma reivindicação legítima desde o fim da Primeira Guerra Mundial, quando os países árabes, antigas partes do Império Turco Otomano, começaram a receber suas independências e lutar por suas autodeterminações enquanto Estados Nação.

O segundo ponto de vista é o israelense, onde tem-se um povo de maioria judaica, buscando sua autodeterminação através de um Estado soberano Judeu em solo palestino. Neste contexto, destaca-se que, a reivindicação judaica ao solo palestino, tem como base o fato de que os judeus foram perseguidos em séculos anteriores por antissemitas, e por isso precisaram

deixar o lar de seus ancestrais, logo, de acordo com sua crença judaica, o sionismo, é a volta do povo judeu a Terra prometida por Deus, ou seja, à Palestina.

O terceiro ponto de vista é o ocidental, onde países como a Inglaterra e os Estados Unidos, veem no movimento sionista uma oportunidade de possuir no Oriente Médio um aliado que compartilhe da cultura política e econômica ocidental, assim como, fazer oposição ao islamismo, que é considerado o centro da polarização ocidente e oriente. Neste contexto, o movimento sionista passa a ser denominado sionismo político, onde mesmo tendo origem civilizacional religiosa, é fomentado e apoiado por questões políticas e econômicas.

O Oriente Médio historicamente apresenta-se como um território hostil ao ocidente, assim como no restante da Ásia, as culturas e as religiões são aspectos muito fortes, e pela força de união dos povos árabes, o pensamento ocidental ainda enfrenta, dificuldades de inserção no seu meio cultural. Diante deste cenário, os ocidentais, veem no Estado de Israel um ponto privilegiado, principalmente na suposta “Guerra ao Terror”, que a partir do século XXI discrimina todos os muçulmanos pelas ações de grupos extremistas.

Vale destacar que a polarização de um ocidente cristão e um oriente muçulmano parte de um ponto de vista teórico ocidental, e que este estudo, em virtude do objeto de estudo ser o conflito árabe israelense, foi direcionado o foco para as religiões monoteístas judaísmo, cristianismo e islamismo. Logo, observando a força do aspecto religioso em muitas sociedades, assim como, da religião dentro dos meios políticos de negociação, esta pesquisa debate qual a influência da religião nos discursos de líderes políticos.

Considerando, como objetos de estudo, os discursos dos líderes políticos do Estado de Israel e da Autoridade Palestina no âmbito da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas nos últimos cinco anos, entre 2014 e 2018, foram analisados os discursos do Primeiro Ministro israelense e do Presidente palestino, buscando entender como princípios religiosos são apresentados nos seus discursos políticos. O objetivo principal desta pesquisa foi identificar como princípios religiosos podem ser transpostos para o âmbito político econômico a partir das falas dos seus líderes.

O presente estudo justifica-se principalmente por dois motivos, primeiramente pelo preconceito político e social contra o tema religião, visto que o assunto ainda carrega um teor “anti-moderno” pelos teóricos que caracterizam a religião como um vestígio do autoritarismo monárquico e imperial. E segundo os mesmos teóricos, a religião enquanto aspecto político e social caminha em sentido contrário ao liberalismo e a democracia, o que ocasiona que os estudiosos das relações internacionais a coloquem em segundo plano.

E o segundo motivo, é o poder de influência da religião dentro do contexto histórico, pois mesmo que alguns estudiosos coloquem a religião como assunto secundário, os atores religiosos sempre estão presentes no contexto histórico. A partir de seus adeptos - clérigos, sacerdotes, etc. - como líderes políticos ou como influenciadores ou conselheiros destes líderes. Justificando assim a importância de conhecer a religião, que é a principal base histórica dos conflitos no oriente médio.

Para compreender o papel da religião nos discursos dos líderes políticos envolvidos no conflito árabe israelense, desmistificando assim a religião como um assunto antigo, ou inválido no contexto político e social das relações internacionais do século XXI, foi proposto o presente estudo. Este estudo consiste em uma pesquisa descritiva, que sendo caracterizada “como a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”, foi considerando a melhor opção para a contextualização do assunto dentro dos discursos dos líderes políticos. (GIL, 2002, p. 42)

Quanto ao método de abordagem trabalhado, esta pesquisa classifica-se como qualitativa, em virtude de que “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”, mostrando-se assim mais eficiente no levantamento dos dados que serviriam de base para a conclusão. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009)

Para atingir o objetivo geral, em um primeiro momento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, para estudar a religião enquanto aspecto estrutural de longuíssima duração na constituição das civilizações, e as particularidades do conflito árabe israelense enquanto conflito civilizacional, político, territorial e econômico. A pesquisa bibliográfica foi escolhida neste contexto, pois a sua “principal vantagem [...] reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p. 45)

Posteriormente à pesquisa bibliográfica, foi realizada uma pesquisa documental, onde foram buscados no site oficial da Organização das Nações Unidas, os discursos dos líderes políticos israelense e palestino, entre os anos de 2014 e 2018. Neste momento, mesmo que a pesquisa documental seja semelhante à pesquisa bibliográfica, o que a diferencia é que “a pesquisa documental se vale de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa”. (GIL, 2002, p.45)

Portanto, o método de coleta de dados documental, foi escolhido objetivando que, a compreensão do papel da religião nos discursos dos líderes políticos envolvidos no conflito árabe israelense, fosse a mais singular possível, refletindo a opinião e a análise da autora, com

o mínimo de influência de outros atores. Assim como, o método bibliográfico se fez necessário devido a antiguidade do tema e diversidade de fatores e atores envolvidos no mesmo, que precisam de esclarecimentos.

E em um último momento, foram debatidos os argumentos com base religiosa, encontrados nos discursos dos líderes políticos do Estado de Israel e da Autoridade Palestina, dentro do âmbito da Organização das Nações Unidas, e inferido como a religião pode ser transposta para contexto político e econômico dos países enquanto identidade do país em âmbito internacional. Neste contexto foi observado que, o principal traço religioso presente nos discursos é a utilização da religião e da cultura do outro de forma pejorativa, ou seja, criando uma oposição entre a cultura nacional e a cultura do outro.

2 POLÍTICA E RELIGIÃO NA HISTÓRIA DO OCIDENTE

A história da humanidade é marcada por inúmeros conflitos, os quais no decorrer do tempo delinearam a estrutura social das civilizações, até que fosse conquistado o ordenamento global atual. Inicialmente os conflitos tinham como fundamento a sobrevivência, onde era preciso lutar por comida e segurança, e posteriormente, com a evolução da comunicação e das estruturas sociais, passaram a causar os conflitos, além das necessidades básicas, também interesses econômicos, políticos, territoriais e culturais.

O ordenamento de Estados atual, normalmente denominado Sistema Internacional, consiste em um “conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar em guerra geral”. As unidades políticas, são os Estados-nação, os quais são caracterizados pelo direito internacional vigente, como um conjunto formado por um povo, com um território e um governo soberano e internacionalmente reconhecido. (ARON, 2002, p.153)

A necessidade das relações regulares entre as unidades políticas, está relacionada ao primeiro problema econômico, a escassez, o qual refere-se ao fato de que em qualquer sociedade os recursos humanos são limitados, enquanto as necessidades humanas de uso destes, são ilimitadas. (VASCONCELLOS; GARCIA, 2005) Considerando a economia como um dos pilares do desenvolvimento das sociedades, juntamente com a política que inclui questões culturais e territoriais, entende-se a necessidade de resolver o problema da escassez.

Na medida em que, a convivência entre os Estados é norteadas por questões políticas, territoriais, econômicas e culturais, tem-se em muitos momentos da história uma relação conflitante entre os Estados. Afinal, em um ambiente onde cada sociedade deve buscar suprir suas necessidades, muitas vezes são buscados os interesses pela imposição da força, ocasionando a constante possibilidade de uma guerra geral, que pode eclodir por diversos motivos, seja por questões territoriais, por recursos ou por influência política.

A partir da ideia de interesses conflitantes, tem-se situações de busca pela vitória pela imposição da força, o que em um contexto entre países, gera as guerras. A guerra sendo definida como “um ato de violência destinado a obrigar o adversário a realizar nossa vontade”, serve como um meio para a conquista de determinado interesse. No decorrer da história aconteceram e ainda acontecem inúmeras guerras, por motivos diversos com o intuito de impor a vontade de um grupo ou Estado sobre os outros. (ARON, 2002, p. 69)

O Sistema Internacional, mesmo tendo evoluído imensamente com o passar dos séculos, e reduzido o número de guerras, ainda se apresenta extremamente instável. Essa

constante instabilidade do Sistema Internacional é estudada pelos teóricos de Relações Internacionais, que além de outros objetivos, buscam analisar a história a partir das interações entre os países e então desenvolve teorias. Neste contexto de guerras, uma teoria extremamente relevante é a teoria realista do Dilema de Segurança, a qual de acordo com John Herz (apud Nogueira e Messari 2005, p. 36), funciona da seguinte maneira:

Um Estado A procura garantir sua segurança e para isso adquire armas. Os demais Estados, que não tem como sondar as intenções do Estado A, sentem-se ameaçados e, por sua vez, também procuram adquirir armamentos para garantir sua segurança. Percebendo o armamento dos demais Estados, o Estado A confirma sua política original como correta e procura se armar ainda mais, de maneira a garantir sua segurança.

A teoria realista do Dilema de Segurança, reafirma a instabilidade do Sistema Internacional, afinal, de acordo com o modelo apresentado por Herz, tem-se os Estados envolvidos em uma corrida armamentista que a partir de inseguranças regionais, movimenta todo Sistema Internacional, e com isso gera a possibilidade de conflitos para medir forças e alcançar objetivos. Sendo que essas inseguranças, são aspectos contínuos na história, pois, em todos os tempos, os povos medem suas forças políticas, militares e econômicas.

Neste contexto de medição de forças, entende-se que o poder, sendo “no [seu] sentido mais geral, [...] a capacidade de fazer, produzir ou destruir”, (ARON, 2002, p. 99), é a base dos conflitos na busca da sobreposição das ideias dos mais fortes sobre as dos mais fracos. A princípio, essa sobreposição de forças era quase que exclusivamente por meio de guerras, porém, com o passar dos séculos e principalmente depois das Duas Grandes Guerras, o Sistema Internacional instável, passou a valorizar mais a resolução de controvérsias a partir de outros meios, que não a guerra, a fim de reduzir os custos econômicos e humanos dos conflitos.

As soluções de controvérsias por meios não violentos, não deixam de ser opressivas, principalmente em questões econômicas. Entretanto, considerando que com a evolução dos meios de transportes, comunicações e o desenvolvimento de armamentos com escala cada vez maior de periculosidade, as guerras estavam ficando mais perigosas, de um ponto de vista global, tornou-se necessário então buscar opções para conquistar interesses, que não colocassem em risco grande parte da população mundial.

Neste momento, foi dada mais atenção a Política do Poder, enquanto campo de estudo e meio de atuação em âmbito internacional. Na atualidade a mesma é denominada como Política Internacional, a qual em conjunto com o “sistema e a arte de comunicação entre os Estados”, conhecida como diplomacia, lida com a estabilidade do Sistema Internacional, que é

anárquico, ou seja, do Sistema de Estados que é desprovido de um agente supranacional regulador das relações entre as suas unidades políticas. (WIGHT, 2002, p. 107)

Os Estados tendo o interesse ou a necessidade de se associar ou cooperar em determinados objetivos com outros Estados, fundamentam suas decisões a partir dos âmbitos da Política Internacional e da Diplomacia, fomentando assim um cenário internacional, se não cooperativo em um todo, pelos menos pacífico. Afinal, a iniciativa de negociar ou apresentar os interesses dentro do Sistema Internacional, mostra-se significativa na redução da possibilidade das guerras propriamente ditas.

Neste contexto, tem-se a importância da Política externa de um Estado, pois a mesma enquanto meio para a “tradução das necessidades internas em possibilidades externas”, passa a ser o principal meio para que o país cresça e se fortaleça dentro de um Sistema Internacional tão competitivo. (LAFER, 2007) A Política Externa de um Estado carrega inúmeras características da Política Doméstica do mesmo, mostrando assim, a identidade do Estado a partir de seus valores, sua economia e a sua forma de negociar.

A globalização ao objetivar, “tornar universais valores que numa parte do mundo eram considerados como tais, mas que nada significavam para outros povos e para outras culturas [...]” (VIGEVANI, 1997, p. 289) encontra ou pelo menos deveria encontrar na Política Externa do Estado, seu equilíbrio. Afinal, enquanto a globalização busca um tipo de “padronização” global, a política externa tem como princípio básico, a preservação dos interesses nacionais do Estado, assim como, a defesa de sua individualidade.

O termo globalização é utilizado para descrever a intensificação do processo de integração econômica e política no sistema internacional ocorrida no final do século XX, e “expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial.” (IANNI, 2002, p. 11) Neste momento, vale destacar que, intrínseco ao processo da globalização, como uma integração política e econômica, tem-se também uma interação ideológica, cultural e social.

A globalização entre outros aspectos envolve a questão das nações e das nacionalidades, dos regimes políticos e dos projetos nacionais, dos grupos e das classes sociais, das economias e das sociedades, assim como, das culturas e das civilizações. (IANNI, 2002) Logo, torna-se perceptível a estreita relação entre os âmbitos interno e externo de um Estado, no contexto de posicionamento internacional e globalização, afinal, tais questões têm influência entre si e compõem a identidade do país enquanto Estado-nação.

Considerando, que os Estados convivem em um sistema internacional anárquico, onde em virtude da necessidade constante de buscar o poder e a soberania estatal, a fim de

manter sua estabilidade política e econômica, ressalta-se a importância do entendimento quanto aos alinhamentos internos e externos do Estado. E a relevância do estudo quanto aos atores que influenciam os Estados, e consequentemente as regiões, a partir dos alinhamentos criados regionalmente por semelhanças culturais ou acordos comerciais e políticos.

Logo, as teorias das relações internacionais ao estudar os eventos dentro do Sistema Internacional, são formuladas em diferentes períodos, e ao caracterizar as relações, classificam o grau de importância de determinados atores no mesmo. E neste contexto, mesmo que os atores religiosos não sejam diretamente mencionados como importantes, os mesmos sempre fazem parte do contexto, pois, tanto no ocidente como no oriente, a religião sempre serviu como um modo de união das “massas” e centralização do poder das elites. (ESTRADA, 2016)

Os atores religiosos enquanto partes determinantes da sociedade, não possuem interesses puramente religiosos ou espirituais, mas também interesses políticos, sociais e econômicos. Assim como que, o grau de interferência desses atores na política externa de um país dependerá não apenas das características institucionais do Estado, mas também da habilidade de determinada religião em exercer influência no pensamento do governo. (HAYNES, 2016) Mostrando novamente a estreita relação entre os âmbitos interno e externo.

Neste contexto, a política doméstica trazendo em sua cultura ou em seu ordenamento jurídico fortes ideais religiosos, refletirá na política externa do Estado tais valores, logo, o Estado com um forte ideal religioso em sua política doméstica, possuirá em sua política externa, reflexos dos princípios trazidos por determinada religião, sendo que esses princípios poderão determinar os alinhamentos e rivalidades do Estado com outros Estados do Sistema Internacional.

No Sistema Internacional, tem-se significativos exemplos de influências diretas e indiretas de atores religiosos dentro da política internacional, a partir das particularidades do Estado, trazidas da política doméstica para a política externa do mesmo. No que se refere a caracterização de influências diretas ou indiretas, tem-se que, aqui é levado em consideração o ordenamento político e jurídico do Estado, ou seja, a caracterização de influências diretas ou influências indiretas, considera aqui neste estudo a norma positiva do Estado.

Neste momento é válido elucidar quanto as possíveis organizações políticas do Estado, tendo em vista a relação do governo e seu ordenamento jurídico com a religião. Considerando que o conceito de Estado se refere ao “conjunto de instituições políticas e administrativas responsáveis por ordenar e regular o espaço de um povo ou nação”, tem-se que entre outras peculiaridades políticas, econômicas e culturais, o Estado pode ser laico ou religioso. (RIBEIRO, 2019)

O Estado Laico “é aquele que prevê a neutralidade em matéria confessional, não adotando nenhuma religião como oficial”, prevendo assim à tolerância religiosa e respeitando a diversidade cultural de um país e do seu povo. Enquanto o Estado Religioso, “é aquele em que a religião interfere em alguma medida na administração, legislação ou gestão pública e é também chamado de Estado Confessional”, considerando assim, um contexto mais amplo de singularidade étnico cultural dentro de um Estado. (RIBEIRO, 2019)

Como principais exemplos das influências diretas de atores religiosos dentro da política externa de determinado Estado e conseqüentemente nos alinhamentos políticos, econômicos e militares do mesmo, têm-se os Estados Teocráticos, os quais, têm sua organização política e jurídica baseada em um ordenamento religioso. Os principais Estados Teocráticos da atualidade são, a Cidade do Vaticano, Cristã Católica, o Irã, Islâmico Xiita e a Arábia Saudita, Islâmica Sunita. (HAYNES, 2016)

No que se refere às ações indiretas dos atores religiosos, tem-se como exemplos os Estados que mesmo não adotando em sua organização política e jurídica nenhuma religião como oficial, apresentam nas suas ações em âmbito doméstico e internacional ideologias e rivalidades de cunho religioso. Como exemplos tem-se a Índia, o Estado de Israel e os Estados Unidos, os quais se auto proclamam como democracias liberais, entretanto, na atualidade estão envolvidos em conflitos políticos e ideológicos com base religiosa. (HAYNES, 2016)

O estudo da religião dentro das relações internacionais ainda carrega preconceitos, pela mesma ser muitas vezes classificada como “anti-moderna”, ou seja, alguns teóricos acreditam que a religião seria um vestígio do autoritarismo monárquico e imperial e que caminharia em sentido contrário a democracia fomentada pelo liberalismo. Entretanto, na história mundial é possível observar a religião evoluindo com o contexto histórico e ainda atuando a partir de seus atores, como um dos pontos de união das “massas”. (HAYNES, 2016)

Claramente que a religião não perdeu seu teor tradicionalista e conservador, porém, na atualidade sua abordagem é menos incisiva, considerando que ela pode exercer influência, mas ela não é o ator principal da ordem estabelecida no Sistema Internacional, como em séculos anteriores. Entretanto, mesmo que a religião não esteja entre os atores principais do Sistema Internacional, a mesma, em muitas regiões, consiste em um aspecto definidor das relações entre os Estados.

Como já mencionada, a religião enquanto influenciador de política externa determinará muitos dos alinhamentos do país. Segundo Ferrara (2016, p. 87), “As relações internacionais, como todas as relações políticas, nunca estiveram totalmente separadas da religião.” Porém, só há cerca de três décadas é que a disciplina das relações internacionais

voltou a prestar atenção ao tema, com o desmoronamento dos blocos nascidos com a Guerra Fria, “quando as identidades, culturas e as crenças retornaram ao centro da análise política.”

No estudo das relações internacionais tem-se uma divergência temporal quanto à importância dada aos atores religiosos dentro do cenário político internacional. Seguindo um ponto de vista Ocidental, essa divergência temporal pode ser caracterizada por três linhas de discussão: a primeira antes dos Tratados de Paz de Vestfália em 1648, a segunda, depois dos Tratados até o fim das Duas Grandes Guerras, e a terceira, na análise contemporânea, principalmente após a Guerra Fria. (HAYNES, 2016)

Quanto a primeira tem-se que, aproximadamente até o século XV, a conceituação de Estado Nacional era difusa, ou seja, os Estados eram os reinos e suas anexações, enquanto o poder estava nas mãos dos monarcas e da igreja – primeiramente católica e posteriormente católica e protestante – a qual tinha grande influência nos acordos políticos e econômicos, partir de seu poder econômico, considerando que a igreja católica era uma instituição muito rica e com relevância social, pela cristianização da população da época.

O fim da Guerra dos Trinta Anos, marca neste contexto a transição entre as duas primeiras linhas de análise - antes e depois da assinatura dos Tratados de Vestfália. “A Guerra dos 30 anos envolveu uma série de países, em volta da região onde hoje está a Alemanha, e teve como elemento catalisador as disputas religiosas decorrentes das reformas protestantes do século 16. Mas as causas dessa guerra também incluem a luta pela afirmação do poder de monarquias europeias, com disputas por território e por hegemonia.” (SALOMÃO, 2019)

A Guerra dos Trinta Anos foi oficialmente finalizada em 1648 com a assinatura dos Tratados que compõem a “Paz de Vestfália”. No que se refere a segunda linha de discussão, tem-se que a mesma afirma que com a assinatura dos tratados, a religião foi afastada do cenário político, dando condições para o desenvolvimento do Estado Nacional moderno, secular e centralizado. (ESTRADA, 2016) Porém este afastamento parece um ideal da época, visto o interesse em reduzir o poder da igreja, que era uma instituição muito rica.

No debate pós-Guerra Fria, que compõe a terceira linha ocidental de discussão a respeito da religião nas relações internacionais, tem-se o debate contemporâneo, o qual é completamente diferente das duas primeiras linhas de discussão ao compreender que a religião não tem seu teor autoritário da primeira linha a nível internacional, mas também não pode afirmar que a mesma está completamente fora do sistema internacional enquanto direcionamento político dentro dos Estados. (HAYNES, 2016)

Concordando com a “teoria das relações internacionais [a qual] baseia-se na premissa de que, historicamente, a religião foi de importância central para diversos resultados

políticos – tanto dentro dos países quanto entre eles – em diversas partes do mundo, incluindo a Europa Ocidental.” (HAYNES, 2016) e compreendendo sua importância e relevância na atualidade de acordo com as configurações político-econômica-religiosas apresentadas no Ocidente e no Oriente.

Compreende-se que mesmo que os atores religiosos não recebessem muita importância nas análises teóricas, é possível observar que eles ainda eram mencionados. Como exemplos tem-se O Príncipe, do realista Maquiavel, que tem a religião como método para a “unificação” do povo, o liberal Kant, que criando uma relação entre paz e democracia, relaciona a moral e a religião e o construtivismo, que interessado pelas Ciências Sociais, engaja-se a questões culturais, entre elas a religião. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005)

Portanto, considerando que, “os atores políticos transnacionais religiosos, no bem ou no mal, influenciam notoriamente a ordem internacional, e muitas vezes atuam a partir de bases nacionais progressivamente globalizadas” (FERRARA, 2016, p. 104) afirma-se a relevância do assunto religião no contexto político social, tanto no oriente como no ocidente, principalmente com relação às religiões cristã e islâmica, as quais apresentam na atualidade um forte embate político e ideológico.

A maior atenção oferecida ao cristianismo e ao islamismo, justifica-se pelo contexto internacional, onde as duas são as religiões com mais influência no sistema internacional. Isso pode ser exemplificado pelo crescimento e pela transnacionalidade da “chamada direita cristã, [a qual é um] movimento composto por conservadores sociais que consolidam seu papel na sociedade civil americana”, brasileira e europeia. (MATEO, 2016, p. 228) E pela força política de países muçulmanos na Ásia e na África.

A religião enquanto campo de estudo, possui uma significativa complexidade, sendo essa complexidade referente a sua história, ao seu desenvolvimento, as suas divergências culturais, a sua amplitude, que pode ser exemplificada pelo número de religiões existentes no mundo e a sua antiguidade, afinal, a atribuição da criação e manutenção do mundo à um ser supremo, é um assunto muito antigo e extremamente importante na evolução das civilizações e construção do sistema de Estados atual.

Compreendendo que “todo trabalho histórico decompõe o tempo decorrido, escolhe entre suas realidades cronológicas, segundo preferências e opções exclusivas mais ou menos conscientes.”(BRAUDEL, 1978, p. 44) Com base em Braudel, entende-se que o estudo histórico, assim como qualquer outra linha de análise das ciências sociais, pode apresentar diferentes orientações de observação para um mesmo contexto. Sendo que essas diferentes

orientações serão baseadas nos espaços cronológicos necessários para estudar determinados assuntos.

No estudo tradicional da história, tem-se a análise dos eventos, sendo que esta história, também denominada ocorrencial, normalmente é relacionada a ideia de acontecimentos de curta duração, onde entende-se que um determinado fato poderia esclarecer um contexto. (BRAUDEL, 1978) Entretanto, tal orientação apresentou-se insuficiente, afinal, todo evento tem suas causas e consequências, as quais proporcionam a análise um espaço de tempo bem maior do que o oferecido pela “curta duração”.

Como resposta a insuficiência da ideia do acontecimento de curta duração, e entendendo que alguns assuntos necessitam de espaços cronológicos mais amplos, compreendeu-se que a história poderia ser estudada não apenas por seus eventos, mas também por suas estruturas, elaborando assim a ideia do acontecimento de longa duração. (BRAUDEL, 1978) Na ideia do acontecimento de longa duração, entende-se que é necessária a análise dos eventos e das estruturas atemporais para o esclarecimento de um contexto.

Assuntos como história das instituições, das civilizações e relacionados a arqueologia, se encaixam nos objetos de estudo que necessitam ser analisados não apenas por eventos específicos, mas também por estruturas apresentadas no decorrer do seu tempo histórico. (BRAUDEL, 1978) A religião se coloca entre esses assuntos, e por sua abrangência, complexidade e antiguidade é classificada por alguns estudiosos como um acontecimento de longuíssima duração.

A religião em sentido amplo, é caracterizada como um conjunto de crenças, leis e ritos que também envolve condutas sociais e funciona do ponto de vista cultural, como um instrumento para que os indivíduos possam compreender e explicar a sua vida. Esse conjunto de crenças, tem como objetivo, em sentido genérico, “um poder que o homem, atualmente, considera supremo, do qual se julga dependente, com o qual pode entrar em relação pessoal e do qual pode obter favores.” (WILGES, 1994, p. 15)

A religião é reconhecida como um fenômeno universal, afinal “em todos os tempos, lugares e povos encontramos tal fenômeno”. O grupo de elementos que caracterizam uma religião e seus adeptos são, uma doutrina (as crenças e os dogmas), os ritos (as cerimônias), a ética (as leis), a comunidade (grupo que compartilha das mesmas crenças) e a relação entre o indivíduo e a divindade, a qual é normalmente uma relação pessoal. (WILGES, 1994, p. 9 -15)

Conforme a antiguidade e a capacidade influenciadora dos atores religiosos, tem-se a importância da religião na evolução das sociedades e das civilizações. Entretanto, tem-se que nos últimos séculos a palavra civilização foi usada como uma característica territorial e

discriminatória, servindo como expoente de fortalecimento das elites, em prol de ensinar civilidade, aos povos desprovidos destas características, como as populações nativas dos territórios colonizados ou desbravados nos séculos passados.

Porém, é importante destacar que, “uma civilização não é, pois, nem uma dada economia, nem uma dada sociedade, mas aquilo que, através das séries de economias, das séries de sociedades, persiste em viver, só se deixando infletir muito pouco e lentamente”. Ou seja, civilizações podem ser caracterizadas como mentalidades coletivas singulares e interminavelmente contínuas historicamente, que recusando influências extremamente opostas aos seus princípios, assimilam como o passar do tempo, influências que concordem com os mesmos. (BRAUDEL, 1989, p. 54)

Neste contexto, como afirma Fernand Braudel (1989, p. 43), “a religião é o traço mais forte no âmago das civilizações, [sendo] ao mesmo tempo seu passado e seu presente.” Sendo “a religião uma característica central definidora das civilizações”, tem-se que a mesma se apresenta como um motivo de união e divisão entre as civilizações, o que pode ser caracterizado como um “Choque das Civilizações”, onde as civilizações semelhantes se unem e as com ideais opostos se distanciam. (HUNTINGTON, 2001, p. 53)

A discussão da religião dentro do contexto das civilizações como um motivo de união ou divisão, como o apresentado por Samuel Huntington (2001), pode ser exemplificada por uma questão mundial que perdura até a atualidade, a distinção política e cultural entre o ocidente e o oriente. Onde o oriente, que historicamente tem uma relação defensiva e justificada contra o ocidente, devido aos conflitos e invasões em séculos anteriores, ao vivenciar um contexto de instabilidade política e econômica, semelhante ao ocidental, apresenta uma postura semelhante à do ocidente.

O oriente, encontra no conservadorismo religioso a força para manter sua singularidade, preservando assim suas estruturas, costumes e instituições, fomentando ainda mais o anseio por uma unificação, principalmente islâmica, e com isso, crescem também as rivalidades territoriais político religiosas. Sendo que essas rivalidades são principalmente por motivos territoriais e por questões de recursos minerais, estabelecendo que, o ocidente e o oriente possuem uma divergência política e cultural extremamente antiga e complexa.

3 O CONFLITO ÁRABE ISRAELENSE

Como mencionado anteriormente, o conflito árabe israelense mostra-se como complexo e abrangente, e por envolver aspectos como a religião, pode ser caracterizado como um conflito civilizacional de longuíssima duração. Logo, com o objetivo de conhecer as particularidades do conflito, e assim obter um melhor entendimento do contexto geral do mesmo, o presente subcapítulo foi dividido em duas partes. A primeira parte apresenta em poucas palavras o contexto religioso e territorial do conflito e a segunda o desenvolvimento histórico e político do conflito.

3.1 CONTEXTO RELIGIOSO

As religiões envolvidas diretamente no conflito são as religiões monoteístas judaísmo e islamismo, as quais, juntamente com o cristianismo, são também denominadas religiões “abraâmicas”. O termo monoteísmo refere-se a crença na existência de apenas um Deus (WILGES, 1994, p.16) e “abraâmicas” leva em consideração o fato de que as três religiões acreditam no “Deus Único, que teria se revelado ao primeiro dos patriarcas bíblicos, Abraão (c. 1800 a.C.)”. (GAARDER; HELLERN; NOTAKER, 2000, p. 98)

“As três [religiões] exerceram influência na região do Mediterrâneo, porém o cristianismo e o islã se difundiram muito mais que o judaísmo.” (GAARDER; HELLERN; NOTAKER, 2000, p. 98) Neste contexto tem-se a ideia difusa de um ocidente cristão e um oriente muçulmano, baseada no grande número de adeptos de cada crença em determinadas regiões, tendo também neste cenário um continente africano dividido entre cristãos e muçulmanos e o Estado de Israel e os Estados Unidos, como lar dos judeus.

O judaísmo pode ser considerado como a primeira das três religiões abraâmicas, pois sua fase histórica teve início em 1800 a.C., quando Abraão seguindo instruções divinas, saiu de sua cidade natal para uma “terra prometida”. (GAARDER; HELLERN; NOTAKER, 2000, p. 99) Neste momento é oportuno elucidar que, informações como “instruções divinas” são retiradas de textos religiosos, os quais segundo a crença de cada religião são ditados pelo próprio Deus àqueles que foram escolhidos para passar sua palavra.

Os principais textos religiosos envolvidos neste estudo são a Torá, judaica, a Bíblia, cristã e o Alcorão, muçulmano, os quais possuem mais de uma versão interpretativa para cada religião e muitos personagens históricos em comum, com diferentes versões ou interpretações dos mesmos eventos. Como exemplo temos a figura de Jesus Cristo, o qual segundo o judaísmo

foi apenas um profeta, segundo o cristianismo, foi o filho legítimo de Deus enviado a Terra e para os muçulmanos, é o penúltimo profeta antes de Maomé.

Como parte principal da crença judaica tem-se que, em troca de ser o povo escolhido por Deus, os judeus deveriam reconhecer a existência de um só Deus e obedecer aos mandamentos entregues a Moisés diretamente por Deus no Monte Sinai. A história do judaísmo no que se refere a constituição da religião e determinação de um território judeu, conta com inúmeras migrações, que são “explicadas” como a vontade divina que castiga os desobedientes e emancipa os obedientes. (GAARDER; HELLERN; NOTAKER, 2000)

Considerando a ordem do desenvolvimento histórico pelos eventos da história mundial, a segunda das religiões abraâmicas é o cristianismo, o qual no Ocidente teve e ainda tem tanta importância que influenciou até na contagem dos dias e dos meses, afinal, a maioria dos Estados contam os séculos antes e depois do nascimento de Jesus, diferentemente dos judeus, que ainda esperam o messias, ou seja, enquanto no ocidente e em parte do oriente está no ano de 2019 depois de Cristo, os judeus estão no ano mundial de 5780.

O termo Cristão refere-se aos monoteístas que reconhecendo Jesus Cristo como filho de Deus, seguem os seus mandamentos, assim como acreditam que o mesmo morreu na cruz pela misericórdia de Deus aos pecados dos homens. O livro sagrado dos Cristãos é a Bíblia a qual possui um Antigo e um Novo Testamento, onde o primeiro que tem como base a Torá judaica, que conta sobre a criação do mundo e as tradições judaicas e o segundo, conta sobre os 33 anos da vida de Jesus e seus ensinamentos. (DANTAS, 2019)

A partir do fim do século IV, o cristianismo foi amplamente difundido pelo Império Romano, em virtude de sua facilidade de adesão e do caos social do contexto internacional da época, ou seja, a Era Cristã, difundida pelo Império Romano ao adotar o cristianismo como sua religião oficial, surgiu como um modo de união social em um contexto de Impérios formados por anexações territoriais. Vale destacar neste contexto que, o Império Romano seguido do Feudalismo foi de suma importância para o estabelecimento da Europa, pois a região inicialmente, vivia em extrema pobreza, e de uma península asiática foi delimitada territorialmente ao longo da história por inúmeras guerras e invasões. (BRAUDEL, 1989)

O Império Romano e depois o Sistema Feudal, foram os primeiros passos para estabelecer uma ordem política, social e econômica original, no continente que com o passar dos séculos viria a se tornar um influenciador cultural através de explorações e colonizações, como foi a Europa nos séculos XIX e XX, nas Américas, na Ásia e na África. (BRAUDEL, 1989) Neste contexto de colonização e exploração, a partir de uma Europa predominantemente cristã, tem-se a disseminação do cristianismo enquanto crença e cultura.

No que se refere ao islamismo tem-se que, enquanto o cristianismo ganha força a partir do Império Romano no século IV, o islamismo tem seu significativo desenvolvimento enquanto religião a partir do século VII com a morte do último profeta muçulmano, o Profeta Maomé. Pois com a sua morte, a “Religião revelada, e edificada pouco a pouco pelos versículos daquele que será o Alcorão, pelas palavras e atos do Profeta, o Islã (submissão a Deus) se revela de uma simplicidade exemplar.” (BRAUDEL, 1989)

O Profeta Maomé, viveu e construiu no meio urbano, à margem de um Mundo Árabe ainda primitivo, porém por mais problemática que possa ter sido a situação política de desenvolvimento do Extremo Oriente - o que influencia na religião pela dificuldade de estabelecimento de um consenso cultural - tem-se que o Islã regionalmente se caracteriza geograficamente como usurário de passagens obrigatórias, para grande parte do comércio das regiões da Ásia, da África e da Europa. (BRAUDEL, 1989)

No contexto histórico foi trabalhosa a edificação de uma civilização islâmica, em função dos poucos adeptos, dos muitos tributos, tinha-se um Império, mas não se tinha uma civilização, cenário esse que muda no século VIII pela transformação política, social e intelectual fundamentada pela transição da ordem política estabelecida no Extremo Oriente. Neste momento a civilização islâmica se afirma depois de inúmeros avanços e recuos. (BRAUDEL, 1989)

A religião islâmica acredita que o Deus único é o criador de tudo, sendo ele onipresente, onisciente e onipotente - assim como no cristianismo e no judaísmo - e que Maomé é seu último profeta. O livro sagrado islâmico mais importante é o Alcorão, mas também consideram como escrituras sagradas a Torá – livro sagrado judaico e o primeiro testamento cristão - os Salmos e alguns muçulmanos, a Suna. Assim como outras religiões, os muçulmanos possuem ramificações, podendo ser xiitas ou sunitas. (SILVA, 2019)

No que se refere à conjuntura atual do contexto religioso, tem-se a existência de dois principais pontos de tensão entre as religiões envolvidas. O primeiro, é o conflito entre judeus e muçulmanos, onde é discutido o direito territorial e político sobre a área que hoje é dividida entre o Estado de Israel e a Autoridade Palestina, tendo os argumentos dessa discussão, bases religiosas e históricas, sobre a posse e o direito sobre esse território, e principalmente sobre Jerusalém, a qual é uma cidade sagrada para as três religiões aqui citadas.

O segundo ponto de tensão é o conflito entre cristãos e muçulmanos, o qual historicamente, caracterizando o cristianismo como uma “religião ocidental”, e o islamismo, como uma “religião oriental”, os apresenta como se fossem crenças contrárias entre si. Sendo agravada essa oposição entre o ocidente e o oriente, no contexto político e social religioso, pelo

discurso de ódio, que depois de intensificado pelos eventos de 11 de setembro de 2001, criou o estereótipo preconceituoso de que todo muçulmano é terrorista.

A intensificação do discurso de ódio que coloca ocidentais contra orientais em 2001, ocorreu em virtude de um ataque terrorista do grupo Al-Qeda em 11 de setembro de 2001, onde foram sequestrados aviões comerciais estadunidenses, e os mesmos foram lançados contra as Torres Gêmeas do Edifício World Trade Center e contra o Pentágono nos Estados Unidos. Após esse ataque os Estados Unidos e inúmeros aliados se colocaram em uma Guerra ao Terror contra os fundamentalistas islâmicos que fazem parte de grupos terroristas que localizam-se, em sua maioria, no Oriente Médio. (SILVA, 2019)

Essa Guerra ao Terror, fomentada contra fundamentalistas islâmicos, além de intensificar o discurso de ódio contra o oriente muçulmano fomentou o estereótipo de que muçulmanos são terroristas, o que obviamente é uma generalização grosseira e preconceituosa, afinal, assim como todas as religiões em seus tempos de guerras, existem os adeptos que lutam por sua liberdade religiosa e os adeptos que lutam pela imposição da sua crença ou pela sobreposição de sua crença sobre as outras.

Neste momento, é válido destacar que, as diferenças políticas, econômicas e principalmente culturais, entre o oriente e o ocidente os tornam bem distintos, entretanto, discursos preconceituosos, não devem ser fomentados, assim como, as regiões não devem ser entendidas como um grupo conciso em cultura. Afinal, o “ocidente cristão” também possui judeus e espíritas, entre outras crenças e o “oriente muçulmano” também possui hindus e budistas, entre outras vertentes religiosas.

3.2 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO CONFLITO

O conflito árabe israelense por envolver questões religiosas e territoriais e englobar também interesses políticos e econômicos de diversas potências internacionais ao longo da história, apresenta-se como muito antigo e abrangente. Logo, com o objetivo de elaborar uma linha temporal para o desenvolvimento do conflito de suas origens até os dias atuais, foram definidos três períodos que possuem eventos que de algum modo exerceram influência no conflito, ou foram as causas e consequências do mesmo.

O primeiro período apresenta as origens dos povos que habitavam o território da atual Palestina e termina com a Declaração de Balfour, antes do fim da Primeira Guerra Mundial. O segundo período tem início com o fim da Primeira Guerra Mundial, quando a Palestina passou a ser tutelada pelo Império Britânico e vai até o Plano de Partilha da Palestina

entre árabes e judeus. E o terceiro período retrata desde a independência do Estado de Israel, as questões sociais, políticas e econômicas até o contexto atual.

3.2.1 Primeiro Período

Os historiadores retratam que em 11000 a.C., as primeiras comunidades não nômades se estabeleceram no território que posteriormente seria denominado Palestina. (HOUAT, 2006) Neste período, em virtude do contexto de migrações, tem-se uma grande mistura étnica e cultural, afinal, tem-se que povos de diversas partes dos continentes asiático e africano, principalmente, passam pela região, alguns estabelecendo moradia, outros seguindo para outros territórios, e neste contato sempre existe uma troca de culturas.

Na Mesopotâmia, onde atualmente é o Iraque, em aproximadamente 2000 a.C., tem-se a origem do povo judeu, (HOUAT, 2006) enquanto povo culturalmente, etnicamente e religiosamente singular. Nesta conjuntura tem-se a transição cultural e religiosa dos judeus, de semitas politeístas para monoteístas, os quais acreditando nas palavras de Abraão, o primeiro patriarca judeu, cristão e muçulmano, passaram a adorar um único Deus, assim como, migraram para a terra prometida por Deus, onde atualmente é Jerusalém.

Com a migração dos judeus do seu lugar de origem na antiga Mesopotâmia, para o território onde localiza-se atualmente a Palestina, tem-se o início da reivindicação dos judeus pela terra prometida por Deus, assim como, o início das disputas, onde judeus lutam contra os povos nativos residentes na Palestina. Nos séculos seguintes juntamente com as migrações, não só de judeus, mas também de outros povos, a Palestina sofreu influências dos impérios que a dominaram, entre eles, o Assírio, o Babilônico e o Persa. (HOUAT, 2006)

No ano 63 a.C., o território que compreendia a Palestina, passou a fazer parte do Império Romano. (HOUAT, 2006) O crescimento do Império Romano, assim como de todos os impérios ocidentais e orientais ao longo da história, era realizado a partir de anexações territoriais, onde os perdedores das guerras ficavam sob o comando dos vencedores, o que com certeza gerava inúmeros conflitos internos, principalmente no que se referia a imposição dos costumes e da religião do vencedor sobre a cultura do perdedor.

Neste contexto tem-se que o antissemitismo foi construído ao longo dos séculos, desde a Antiguidade com a recusa judaica de incorporar os costumes do Império Romano, os judeus começaram a ser hostilizados. A hostilização romana primeiro foi referente à cultura, depois com o advento da Era Cristã, tem-se que a discriminação ganhou novas motivações,

passando a ser também religiosa, pelas diferenças ideológicas entre cristãos e judeus, quanto ao papel de Jesus Cristo na história e na religião. (SOUSA, 2019)

O período em que a Palestina, com seu povo dividido em diferentes culturas e religiões, ficou como parte do Império Romano, que a partir de 313 era oficialmente cristão, foi um dos pontos mais significativos de discriminação e de fomento do antissemitismo em âmbito cultural e político. (BRAUDEL, 1989, p. 310) Durante esse período, houve uma imensa dispersão dos judeus para os continentes vizinhos, onde os mesmos migraram fugindo de perseguições, principalmente para o continente europeu e para o continente asiático.

A partir do século VII, a Península Arábica viveu uma grande Revolução Religiosa, afinal, no cenário de conflitos entre judeus e cristãos, tem-se o surgimento do Islã e posteriormente a formação do Império Árabe Muçulmano. Nesta conjuntura cultural e religiosa de rivalidade entre judeus, cristãos e muçulmanos, fomentada por dois grandes impérios, um cristão e um muçulmano, tem-se uma Palestina de maioria Árabe, em idioma, cultura e religião, e repleta de conflitos culturais, religiosos e territoriais. (HOUAT, 2006)

Na Idade Média, tem-se na Europa o fortalecimento da Igreja Cristã, a qual foi uma das heranças do Império Romano, e na Península Arábica tem-se o fortalecimento do Império Árabe Muçulmano, o qual a partir do século XIII, depois de enfrentar problemas internos passou a ser denominado Império Turco Otomano. Os atores religiosos neste contexto, possuindo além dos interesses espirituais, mas também interesses econômicos, tomando como exemplos os impostos, e políticos, tendo como exemplos as cruzadas. (HOUAT, 2006; SOUSA 2019)

As Cruzadas foram conflitos onde os cristãos buscavam tirar o território de Jerusalém do domínio dos muçulmanos. Neste contexto, tinha-se a Palestina como uma zona de guerra entre os árabes e os europeus, assim como, tem-se a intensificação das discriminações religiosas e uma forte opressão pela conversão forçada dos povos nativos palestinos em cristãos ou em muçulmanos, o que ocasionou uma intensificação na migração dos judeus para outros países. (HOUAT, 2006; SOUSA, 2019)

Desde a Idade Média, com os Impérios e suas anexações, era fomentada a igualdade a partir do pensamento liberal, porém, esses ideais de igualdade também fomentavam socialmente teorias raciais e nacionalistas. Logo, no início do século XIX, os judeus que eram considerados menos nacionais, por sua cultura e religião, passaram a ser mais discriminados tendo como base o argumento de que os judeus eram aproveitadores que sem um país próprio, vagueavam por diversos países usufruindo de suas riquezas. (SOUSA, 2019)

No final do século XIX é então fomentada uma ideia há muito tempo existente dentro da crença judaica, a volta a Jerusalém, ou sionismo como é mais conhecido, para a

criação de um Estado Judeu. O movimento sionista surge entre os judeus como uma saída as discriminações sofridas em outros países, principalmente na Europa, e tem como destino o território da Palestina pelo mesmo abrigar Jerusalém, a qual é uma cidade reconhecida como um lugar sagrado para judeus, cristãos e muçulmanos. (HOUAT, 2006)

Neste contexto tem-se o movimento sionista como uma forma de escapar do antissemitismo e preservar a crença judaica a partir da criação de um Estado oficialmente judeu. O movimento sionista, diferentemente do colonialismo europeu, que buscava riquezas, tinha como objetivo a migração e o povoamento da Palestina por judeus, a qual foi escolhida por motivos históricos e religiosos, afinal, se fosse considerada a cultura e a religião da região não fazia sentido criar um Estado Judeu na Península Arábica.

O movimento sionista começa, aproximadamente, em 1882, mas ganha representatividade política a partir de 1897, com o Primeiro Congresso Sionista Mundial, idealizado por Theodor Herzl e realizado na Suíça. Em 1896, Herzl escreveu um livro intitulado, O Estado Judeu, o livro entre outros argumentos relacionados ao antissemitismo, classificava o termo como um problema eterno e insolúvel que só poderia ser resolvido pela determinação de um Estado Judeu. (HOUAT, 2006; SILVA, 2019)

O Congresso discutiu questões relacionadas a criação de um Estado Judeu e foi escolhido o território palestino para o mesmo, usando como fundamento o contexto histórico e religioso de que os judeus viveram no mesmo em séculos anteriores. Após o Congresso dois rabinos - líderes religiosos judeus - foram até a Palestina para analisar a viabilidade do movimento sionista e mostraram-se descrentes em seus relatórios quanto ao movimento, em função da conjuntura cultural e social dos palestinos ali presentes. (HOUAT, 2006; SILVA, 2019)

Mesmo com a descrença apresentada nos relatórios iniciais, o Congresso serviu como uma iniciativa para a futura criação de um Estado Judeu, e fomentou posteriores discussões sobre o assunto, até que em 1901 foi criado o Fundo Nacional Judaico, com o objetivo de arrecadar dinheiro para comprar terras palestinas e iniciar o movimento de migração rumo a Palestina. Sendo que neste contexto, houve uma significativa marginalização dos árabes palestinos nativos praticada pelos judeus colonos. (HOUAT, 2006; SILVA, 2019)

Os judeus colonos, com a ajuda do Fundo Nacional Judaico, compravam terras palestinas, até que fosse possível delimitar uma área do território, como se fosse uma Vila ou Bairro, e criar uma fonte de renda, onde só poderiam trabalhar judeus. Neste contexto, o povo nativo palestino que tinha poucos recursos, visto que ainda era um país anexado ao Império Turco Otomano, foi marginalizado, afinal, em um território que não era nem independente

chegavam imigrantes que tinham dinheiro para investir, mas não empregavam o povo nativo. (HOUAT, 2006)

Segundo Houat (2006), os sionistas tinham quatro argumentos principais para a criação do Estado Judeu no território palestino. Primeiro o Direito Histórico ao território onde os judeus viveram em séculos anteriores, segundo o Direito Religioso, principalmente a Jerusalém, a considerada Terra Santa, o terceiro colocava o sionismo como uma forma de autodeterminação do povo judeu e o quarto que em virtude da homogeneidade árabe da região, os palestinos poderiam ser realocados para outro lugar, nos países vizinhos.

No que se refere ao Direito Histórico, tem-se que o Direito Internacional não reconhece um direito onde povos que viveram em determinada região em séculos anteriores poderiam reivindicar a mesma. Assim como, os dados históricos apresentam como falsas as afirmações sionistas de que os palestinos que vivem na Palestina são migrantes recentes, e que o povo judeu é o responsável pelo comércio e pela indústria, alegando que quando chegaram naquela área, tinha-se uma conjuntura social e econômica rudimentar. (HOUAT, 2006)

Quanto ao suposto Direito Religioso, tem-se que na Torá - livro sagrado judaico - e nas orações judaicas, é apresentada uma forte ligação entre os judeus e a Palestina, pelos lugares sagrados aos judeus que o território abriga e principalmente sobre Jerusalém, onde a crença judaica afirma que o messias, reunirá o povo de Deus. Porém, isso não lhes dá direitos sobre aquele território, visto que, além de outros fatores, o mesmo também é sagrado para cristãos e muçulmanos. (HOUAT, 2006)

Quanto ao sionismo como uma forma de autodeterminação do povo judeu, tem-se que o termo “autodeterminação dos povos” forjado ainda no âmbito político da Primeira Guerra Mundial, referia-se à independência das colônias turco otomanas e depois europeias, de suas metrópoles. Logo, o sionismo não se aplica ao mesmo, se caracterizando como um movimento de obstrução da autodeterminação do povo palestino, visto que, a Inglaterra sionista não permitiu a imediata independência Palestina. (HOUAT, 2006)

Quanto a suposta homogeneidade árabe, o movimento sionista afirmava que os árabes tendo muitos países árabes vizinhos poderiam ser realocados nos mesmos. (HOUAT, 2006) Considerando como absurda essa afirmação tem-se que, se a homogeneidade árabe que levaria o povo palestino a ser realocado nos seus vizinhos árabes, a homogeneidade judaica poderia levar os judeus para a Rússia ou para os Estados Unidos, onde vivia a maior parte dos judeus antes do movimento sionista. Portanto, ao analisar os quatro argumentos sionistas para a criação do Estado de Israel em solo palestino, observa-se uma estratégia de criação de explicações para justificar o fundamentalismo judaico fomentado pelo sionismo.

Retomando o contexto histórico do movimento sionista, é válido considerar o cenário político e econômico da época. No início do século XIX, estava sendo travada a Primeira Guerra Mundial, onde os europeus, lutavam contra o Império Turco Otomano que dominava parte da Ásia, os judeus buscavam apoio político para o movimento sionista e a Palestina buscava, assim como outros países árabes, sua autodeterminação enquanto Estado e sua independência do Império Turco Otomano.

Neste momento, a Palestina que era uma zona de guerra há séculos, e uma passagem entre os continentes europeu e asiático, passou a ser usada como um ponto de negociação. Os europeus negociavam com os árabes prometendo que se eles lutassem contra o Império Turco Otomano, com o fim do mesmo, eles seriam Estados independentes, porém, em contrapartida, na Europa apoiavam o movimento sionista, objetivando que os judeus europeus saíssem do continente rumo ao território da Palestina.

O movimento sionista buscou apoio de vários governos, primeiramente, sendo a Palestina parte do Império Turco Otomano e o sionismo não sendo de interesse árabe, o movimento tentou conquistar o apoio do sultão oferecendo dinheiro, porém, não obtendo sucesso, o movimento voltou-se para as potências internacionais. Depois de negociar com alguns países como a Alemanha e a Rússia, foi encontrado apoio na Inglaterra, a qual posteriormente foi de suma importância para o desenvolvimento do conflito. (HOUAT, 2006)

O movimento sionista dentro do contexto social europeu, e principalmente britânico, foi visto como uma colonização, baseada na crença britânica da época de que “toda terra é suscetível de ser tomada e conquistada, desconsiderando os povos nativos”. Quanto a questão, já levantada no Primeiro Congresso Sionista, de o território da Palestina já ser habitado, não foi um problema ignorado, entretanto, os mesmo foi postergado. (HOUAT, 2006)

Mesmo antes do fim da Primeira Guerra Mundial, as potências europeias já estavam otimistas quanto a sua vitória, e dividiram os territórios que faziam parte do Império Turco Otomano entre si. O plano de partilha, criado em 1916 e denominado Plano Sykes Picot, homenageando os líderes de governo francês e inglês que o redigiram, determinava que os territórios otomanos europeus, tornar-se-iam independentes e os territórios otomanos árabes ficariam sob a tutela da França e da Inglaterra após o fim da Guerra. (HOUAT, 2006)

Antes da Primeira Guerra Mundial, os países árabes sob o jugo do Império Turco Otomano, fundamentavam o chamado Nacionalismo Árabe, o qual, objetivando a independência dos territórios árabes também fomentavam a ideia de um Estado Árabe com a junção dos seus territórios. Os europeus reconhecendo esse movimento, passam a negociar com

os árabes contra o Império Turco Otomano, prometendo que com a queda do Império, os territórios árabes seriam independentes. (HOUAT, 2006)

A Inglaterra, mesmo contrariando os acordos feitos com os árabes em troca de apoio contra o Império Turco Otomano, vislumbrou três oportunidades ao apoiar o movimento sionista e impedir a independência Palestina no momento pós-Guerra. Afinal, o território da Palestina com um Estado Judeu, seria um aliado europeu no Oriente Médio, visto que a maioria dos colonos judeus eram europeus no início do movimento, conteria o nacionalismo árabe e facilitaria o acesso ao petróleo já valioso na região. (HOUAT, 2006)

A primeira oportunidade seria que a migração dos judeus europeus para a Palestina agradaria tanto os políticos e eleitores europeus antisemitas, quanto os preocupados com o excesso de mão de obra da Europa Oriental. A segunda seria a oportunidade de agradar os judeus americanos, buscando assim apoio dos Estados Unidos na Guerra e a terceira dizia respeito a geografia palestina, sendo a mesma uma passagem para o Extremo Oriente e a Índia, caracterizando o Estado Judeu como um grande aliado europeu. (HOUAT, 2006)

Em 1917 a Inglaterra realiza o primeiro apoio oficial em meio político ao movimento sionista com a Declaração de Balfour. (SILVA, 2019) A declaração foi para o movimento sionista um dos seus mais representativos incentivos, contrastando com as promessas feitas aos árabes a Inglaterra declarava apoio ao estabelecimento de um lar judeu no território da Palestina ainda que fosse contra os povos nativos, que nessa época eram em sua maioria árabes muçulmanos.

3.2.2 Segundo Período

O segundo período começa com o fim da Primeira Guerra Mundial, o qual marca o estabelecimento da Liga das Nações enquanto organização internacional, as independências dos territórios otomanos europeus, o início dos mandatos franceses e britânicos sobre os territórios árabes pertencentes ao antigo Império Turco Otomano e uma fase mais ativa do movimento sionista, com o apoio e a interferência das potências internacionais ao sionismo, dando ênfase no caso palestino ao apoio britânico ao movimento.

A Liga das Nações, também denominada Sociedade das Nações, foi uma organização internacional, criada em 1919, com a assinatura do Tratado de Versalhes, com o objetivo de promover a paz e a ordem mundial, através da mediação e da arbitragem dos conflitos armados entre os Estados, marcando assim o fim da Primeira Guerra Mundial. A Liga das Nações, foi criada em 1919 e foi a antecessora da atual Organização das Nações Unidas,

que foi criada em 1945 incorporando algumas funções da Liga das Nações e tendo os mesmos objetivos, ou seja, evitar um novo conflito mundial. (SANTIAGO, 2019)

A Liga das Nações, foi estabelecida em 1919 sobre a ideia de que os territórios africanos e asiáticos menos desenvolvidos deveriam ser colonizados, ficando sob tutela de governos mais avançados. Neste contexto a Carta da Liga das Nações em seu Artigo 22, dividia os territórios árabes do pós-Guerra em três categorias, A, B e C, julgando assim sua organização política, social e econômica, para definir o melhor modo de tutela de uma nação “mais avançada” sobre determinado território. (HOUAT, 2006)

Os territórios classificados como categoria A deveriam receber sua imediata independência, por apresentarem certo desenvolvimento, os de categoria B, deveriam ser tutelados sob um mandato administrativo, e os de categoria C, teriam um mandatário com controle integral do território. (HOUAT, 2006) Porém, neste contexto, mesmo a Palestina sendo classificada como categoria A, os britânicos “responsáveis” por seu território, apoiando o movimento sionista negaram aos palestinos sua imediata independência.

Após o estabelecimento da Liga das Nações em 1919, foi criada a Comissão King-Crane, a qual visitando os ex territórios otomanos, analisava a sua conjuntura política, econômica e social, enviava relatórios a Liga das Nações e os classificava com A, B ou C. A Comissão em seu relatório sobre a Palestina, mostra-se totalmente contra o movimento sionista em virtude de a maior parte da população palestina ser árabe muçulmana, buscando um Estado Árabe e completamente contra o sionismo. (HOUAT, 2006)

Os britânicos desprezando a Comissão King-Crane, mostram-se contrários ao relatório da mesma, alegando que o processo já estava em curso e que o mesmo já possuía apoio das potências mundiais da época, ou seja, que a opinião da Comissão e dos nativos palestinos pouco importava. Em 1922 sob jurisdição da Liga das Nações é iniciado oficialmente o Mandato Britânico na Palestina, o qual, sanciona a Declaração de Balfour e a incorpora a sua política. (HOUAT, 2006)

O Mandato Britânico na Palestina, do ponto de vista jurídico foi inválido, primeiramente por violar a soberania do povo palestino e desrespeitar sua soberania endossando a Declaração de Balfour e impulsionando o sionismo. E também por violar o Artigo 22 da Carta da Liga das Nações, o qual instituía que, a tutela europeia deveria fomentar o bem-estar e o desenvolvimento do povo nativo, assim como, um futuro autogoverno e não utilizar como moeda de troca o território tutelado. (HOUAT, 2006)

Vale destacar que, em 1917, ano da Declaração de Balfour a Palestina pertencia ao Império Turco Otomano e em 1922, quando a Palestina estava sob Mandato Britânico, ela era

classificada como A, ou seja, desenvolvida o suficiente para ser um Estado independente. Logo, as irregularidades do Mandato Britânico estão fundamentadas no desrespeito britânico ao povo nativo da palestina, onde a Declaração define a doação de um território que não pertence a Inglaterra para o povo judeu.

Os mandatos sob tutela da Liga das Nações, frustraram os povos árabes, mas continuava ativo o Nacionalismo Árabe, gerando protestos contra potências europeias e contra a Ligas das Nações. Logo, no início da imigração sionista, ainda no final do século XIX, já começaram os conflitos pelo uso do solo e da água, até que em 1886 ocorreu a primeira mobilização de palestinos contra o sionismo, e no início do século XX as disputas ficaram mais graves por envolver questões econômicas. (HOUAT, 2006)

As disputas por empregos nos setores econômico e social foram graves pois os judeus permitiam que apenas judeus trabalhassem em suas terras. Neste contexto, é válido destacar que, os judeus não buscavam coexistência com os árabes, e negar empregos aos palestinos impulsionava uma migração deles para os países vizinhos. Os sionistas, julgavam-se superiores, ao entender que sendo eles em sua maioria, judeus europeus, ou seja, ocidentais, estavam levando civilização aos orientais rudimentares. (HOUAT, 2006)

Em 1918, foram realizados os primeiros protestos oficiais contra a imigração judaica e a política britânica, para a Palestina, em sua maioria pacíficos, até que em 1929, após o estabelecimento da Liga das Nações (1919) e do Mandato Britânico na Palestina (1922), aconteceu um dos primeiros protestos graves, tendo violência e causando mortes. O protesto envolveu palestinos contra o sionismo, imigrantes judeus e as forças britânicas instaladas na Palestina. (HOUAT, 2006)

Em um contexto de conflito e revoltas de palestinos contra judeus e britânicos, onde os mesmos respondiam com força militar e política, a Inglaterra compreendendo os protestos como uma revolta do povo palestino contra a sua administração emite em 1930 um documento denominado Livro Branco. O mesmo em caráter oficial estabelece uma nova política britânica com relação ao território da Palestina limitando assim a imigração e o arrendamento de terras pelo movimento sionista. Entretanto, alguns meses depois, após pressão do movimento sionista, a Inglaterra volta atrás e desconsidera as políticas estabelecidas no Livro Branco. (HOUAT, 2006)

Nos anos seguindo a tensão entre judeus, palestinos e britânicos aumenta, e entre outros acontecimentos da década de 1930, pode-se destacar o estabelecimento do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, mais conhecido como Partido Nazista, em 1933. O Partido Nazista liderado por Adolf Hitler, pregava uma ideologia racista e eugenista

de superioridade do homem branco germânico - raça ariana - sobre os demais, e a construção de um espaço vital para essa “raça superior”. Neste contexto, os nazistas discriminam abertamente povos não arianos, entre eles, ciganos, negros e principalmente judeus. (FERNANDES, 2019)

O preconceito principalmente contra judeus, tinha como base a atribuição dos vários problemas econômicos alemães aos judeus europeus, afinal, como mencionado anteriormente, os judeus por apresentarem um modo de vida com costumes diferentes, em muitos países eram vistos como eternos intrusos. Neste contexto, tem-se por parte do Partido Nazista, enquanto ditadura com o apoio de outros países aliados a ele, o Holocausto, o qual é até os dias atuais o maior genocídio de judeus da história. (FERNANDES, 2019)

Em virtude da expansão do movimento nazista enquanto uma política racista, é intensificado o antissemitismo na Europa, o que consequentemente aumento o movimento migratório do sionismo, ou seja, judeus imigrando para a Palestina. Os palestinos insatisfeitos com essa situação em 1935 criam o Alto Comitê Árabe, o qual com um sentimento antibritânicos, fomenta greves, suspensão do pagamento de impostos e destruição de ferrovias e rodovias. (HOUAT, 2006)

Nos anos seguintes, acontece uma grande rebelião contra o Mandato Britânico, e a Inglaterra mesmo percebendo que seria mais vantajoso uma aliança com árabes durante a Segunda Guerra Mundial, decide manter seu apoio ao movimento sionista e em 1937 cria a Comissão Peel para investigar a rebelião de 1936. A Comissão concluiu que a rebelião foi natural, devido a conjuntura social ali presente, e o mandato passou a promover, toques de recolher, prisões e impostos, assim como, banuiu o Alto Comitê Árabe. (HOUAT, 2006)

Em 1939, diante de um contexto de conflitos, greves e rebeliões, a Inglaterra emite o seu segundo Livro Branco, onde nega seu comprometimento com a criação de um Estado Judeu, prevê o fim do Mandato Britânico para 1949, e com o mesmo a independência da Palestina tornando-a um país binacional, assim como, um controle da imigração judaica. (HOUAT, 2006) Neste momento, o movimento sionista perdendo o apoio britânico, passa a buscar novas alianças com as principais potências internacionais.

No ano de 1942, os líderes do movimento sionista, opõem-se oficialmente ao Livro Branco Britânico de 1939, assim como, começam a criar estratégias para conquistar o apoio dos judeus americanos ao movimento sionista. Alguns judeus americanos se mostraram contrários ao movimento sionista, usando como argumento a afirmação de que o judaísmo não se tratava de uma nacionalidade, mas sim de uma religião, entretanto, os mesmos foram silenciados e o pensamento sionista cresceu dentro da sociedade americana. (HOUAT, 2006)

A partir de 1943, tinha-se uma conjuntura onde os Estados Unidos buscavam uma posição privilegiada no Oriente Médio a fim de vencer a Segunda Guerra Mundial, enriquecer com o petróleo e conter a dispersão da União Soviética. Logo, o movimento sionista cresce nos Estados Unidos, assim como, ganha a simpatia dos soviéticos, que possuíam interesses semelhantes aos dos norte-americanos e consideravam a organização social judaica semelhante ao comunismo. (HOUAT, 2006)

Em 1944, o movimento sionista conquista o apoio político dos partidos republicano e democrata nos Estados Unidos, porém, o então Presidente, Theodore Roosevelt, ainda mostra uma postura indecisa no princípio, ou seja, mostra-se dualista quanto ao movimento. O que muda em 1945, quando o Presidente Harry S. Truman mostra uma posição a favor do movimento sionista e cria a propaganda da Palestina como um lar para os judeus sobreviventes do holocausto. (HOUAT, 2006)

Os Estados Unidos apoiando o movimento sionista e apresentando neste cenário uma postura contra os árabes, começam a fomentar um ressentimento árabe muçulmano, o qual se intensifica com a criação do Estado de Israel. Outro ponto relevante neste contexto é o dos judeus forçados a se tornarem sionistas, afinal, após o holocausto os judeus sobreviventes apenas buscavam paz, porém, em virtude da propaganda sionista norte americana foram encaminhados a Palestina, onde árabes e judeus viviam em guerra. (HOUAT, 2006)

Com o fim da Segunda Guerra Mundial em uma conjuntura onde os Estados Unidos eram uma potência internacional e possuíam uma postura pró-sionista, tem-se que os Estados Unidos pressionam a Inglaterra para voltar a controlar a Palestina, abrir novamente as fronteiras aos judeus, soltar os líderes judeus dos grupos armados e perante a futura Organização das Nações Unidas, adotar uma política pró partilha do território, ou seja, incentivar a criação de um Estado Judeu e de um Estado Palestino. (HOUAT, 2006)

3.2.3 Terceiro Período

O Terceiro período tem início com o fim da Segunda Guerra Mundial e os desdobramentos da perda do apoio britânico ao movimento sionista e a conquista do apoio dos Estados Unidos ao movimento, em um cenário onde os Estados Unidos, estava entre os Estados mais poderosos do Sistema Internacional. Neste contexto, o terceiro período vai de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial e vai até dos dias atuais, tendo a independência do Estado de Israel, o reconhecimento de muitos países do novo Estado e os violentos conflitos que se seguiram até a atualidade.

A Segunda Guerra Mundial, demonstrando a fraqueza da Liga das Nações em promover a paz a nível global, teve início em 1939, com a invasão alemã à Polônia e fim em 1945, com a rendição forçada das nações perdedoras, entre elas, a Alemanha nazista. Com o fim da Guerra foi criada a Organização das Nações Unidas, que retificando os erros da Liga das Nações, incorporou algumas de suas funções e criou uma nova estrutura com o mesmo propósito, promover a paz mundial. (NEVES, 2019)

Após o fim da Guerra, houve uma bipolarização do cenário internacional, a partir da oposição entre dois modelos político-econômicos, os quais sendo fomentados por dois dos vencedores da Guerra, os Estados Unidos capitalista e a União Soviética comunista, caracterizaram as décadas seguintes, até aproximadamente 1991, com a bipolarização das relações entre Estados. (NEVES, 2019) Nos anos seguintes, tem-se os desdobramentos de alianças e rivalidades, dentro do Sistema Internacional, a partir dos alinhamentos com as potências da Guerra Fria.

Retomando o conflito árabe israelense tem-se que, enquanto o povo palestino ainda lutava pela sua autodeterminação em seu próprio território, o movimento sionista apresentava-se cada vez mais forte e focado no seu ideal de transformar todo território palestino em um lar judeu. Neste cenário a Inglaterra recuava cada vez mais, visto que os britânicos instalados na Palestina eram vistos como inimigos dos sionistas e os Estados Unidos, com uma postura totalmente pró-sionismo estava influenciando no conflito.

Em 1947, dois anos depois da criação da Organização das Nações Unidas, o conflito no território da Palestina encontrava-se cada vez mais grave, considerando que a violência estava fora de controle, envolvendo grupos armados que provocavam o terror inclusive com civis, onde de um lado tinha-se o judeus apoiados pelos Estados Unidos e do outro tinha-se os palestinos e consequentemente os britânicos, que ao retirarem seu apoio direto da causa sionista passaram a ser inimigos da mesma. (HOUAT, 2006)

Ainda em 1947 a Inglaterra, observando as altas proporções do conflito, entrega o mesmo para ser discutido no âmbito da recém-criada Organização das Nações Unidas, alegando que como mandatária não tinha o poder de decidir a respeito da divisão do território. Entretanto, vale destacar que o direito à independência da Palestina no final da Primeira Guerra Mundial foi negado pela Inglaterra, pois a mesma enquanto era sionista não cumpriu sua obrigação de ajudar em um autogoverno palestino. (HOUAT, 2006)

No período entre 1920 e 1946, o movimento sionista buscou ser a maioria populacional no território através da imigração de judeus, e da expulsão dos palestinos ali residentes, porém, não conquistando seu ideal, passou a buscar outros meios políticos para o

estabelecimento do lar judeu na Palestina. Em abril de 1947, foi realizada a Primeira Assembleia Geral das Nações Unidas para discutir o conflito árabe israelense, problema que recentemente tinha sido entregue ao âmbito da Organização. (HOUAT, 2006)

O presidente da sessão da Assembleia Geral em 1947 foi o brasileiro Oswaldo Aranha, o qual considerando os alinhamentos políticos e econômicos do Brasil com os Estados Unidos, e não querendo que os judeus sem lar, como os sobreviventes do holocausto, viessem para o Brasil, tinha uma postura a favor do movimento sionista. A primeira questão discutida na Assembleia foi se o antissemitismo praticado na Europa durante a Segunda Guerra Mundial e a Questão Palestina, fariam parte do mesmo assunto. (HOUAT, 2006)

Os países árabes, alegaram que os dois problemas deveriam ser dissociados, pois, o antissemitismo europeu deveria ser resolvido na Europa, ou seja, o território da Palestina como não pertencia a Europa, não deveria ser usado como “solução” para os judeus sobreviventes do holocausto. Em contrapartida a Agência Judaica, fez apelo emocional contra os britânicos e associando os dois assuntos colocou a Palestina enquanto lar judeu, como a solução mais viável para os sobreviventes. (HOUAT, 2006)

Em maio de 1947 foi criado o Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina, com o intuito de discutir a melhor solução para os dois assuntos - o antissemitismo europeu na Segunda Guerra e Questão Palestina. Depois de algumas discussões o comitê propôs duas soluções, a primeira votada pela maioria do Comitê, criaria dois Estados economicamente unidos e politicamente independentes, enquanto a minoria do mesmo, propôs um único Estado com direitos e deveres iguais. (HOUAT, 2006)

Seguindo a indicação da maioria, foi levada para discutir na Assembleia Geral das Nações Unidas a proposta de partilha em dois Estados. Neste momento tem-se um contexto complexo no que se refere a votação, pois existem muitos relatos de que as potências que apoiavam o movimento sionista, por meio de promessas, pressões, chantagens e subornos, e até um adiamento na data da votação, pedido pelo presidente Oswaldo Aranha, conseguiram mais votos a favor do movimento. (HOUAT, 2006)

Logo, com a maioria dos votos a favor da proposta, a mesma foi aprovada em 1947, na Resolução 181 da Assembleia Geral das Nações Unidas. A partilha previa a criação de dois Estados, o Estado de Israel, e o Estado da Palestina, divididos territorialmente, onde 55% do território ficou para os judeus e 45% do mesmo ficou para os muçulmanos. Nesta conjuntura, vale destacar que, os muçulmanos eram maioria em população, assim como, que as terras mais férteis foram destinadas aos judeus. (GORNIAK, 2019)

No mapa abaixo é possível visualizar a configuração do território palestino de acordo com o plano de partilha proposto pela Organização das Nações Unidas.

Figura 1 – Plano de partilha do território palestino.



Fonte: Folha de São Paulo, 2014.

De acordo com o mapa é possível observar a disparidade da proposta de partilha, pois o Estado árabe, mesmo sendo para a maioria populacional do território, ficaria em desvantagem territorial e em desvantagem quanto ao acesso as fronteiras e aos recursos naturais, enquanto os judeus, sendo a minoria populacional, ficariam em indiscutível vantagem.

Neste contexto, os muçulmanos eram os povos nativos da região, que buscavam sua independência desde o Império Turco Otomano e eram maioria populacional, receberam uma área territorial menor e com desvantagens quanto aos recursos, como terras férteis e acessos fronteiriços. Enquanto os judeus que eram os imigrantes sionistas, e eram minoria populacional receberam maior área territorial e vantagens quanto aos recursos, como terras férteis e fronteiras. (HOUAT, 2006)

A partilha da Palestina, previa também que Jerusalém ficaria sob tutela da Organização das Nações Unidas, considerada assim um território internacional, que a Inglaterra se retiraria oficialmente do território palestino em 1948 e então depois de um mês, os dois Estados seriam independentes. Considerando a disparidade de vantagens da proposta, tem-se que os judeus a aceitaram, visto que eram beneficiados pela mesma, enquanto os árabes, a rejeitaram, alegando sua irregularidade. (GORNIAK, 2019; HOUAT, 2006)

Os árabes alegaram quatro motivos principais para sua rejeição à Proposta da Partilha. Primeiro, que a mesma foi ilegal, visto que a Organização das Nações Unidas não tinha autoridade para dividir um território, sem o consentimento do seu povo, assim como, que com a extinção da Liga das Nações em 1945, tem-se que o sistema de mandatos foi extinto também, ou seja, a Palestina com seu povo com maioria em seu território deveria ser reconhecida internacionalmente, não dividida. (HOUAT, 2006)

O segundo argumento se refere ao fato de que a votação da partilha na Assembleia Geral violou a Carta das Nações Unidas, pois o Artigo 1 da mesma, afirma que a Organização enquanto promotora da paz deve fomentar a autodeterminação dos povos, assim como, em seu Artigo 75 afirma que, nas discussões devem ser favorecidos os povos nativos, ou seja, além de obstruir o direito de autodeterminação palestino, a votação da proposta, ainda ignorou a opinião dos povos nativos, favorecendo o movimento sionista. (HOUAT, 2006)

O terceiro ponto discutido foi referente a liberdade democrática dos países que votaram a favor da partilha, pois como mencionado anteriormente, existem relatos de intimidação das potências que apoiavam o sionismo contra as potências que eram contra o mesmo. E por último, o quarto argumento se refere a iniquidade da partilha, visto que a maior parte do território ficou para 30% da população. Logo, com esses argumentos os árabes afirmam até os dias atuais que a partilha foi ilegal. (HOUAT, 2006)

Após a votação da Partilha e a rejeição da mesma pelos árabes tem-se um acirramento dos conflitos entre judeus e palestinos, o que com a retirada britânica do território palestino, faz com que a Palestina vire oficialmente um caos sem administração alguma. (HOUAT, 2006) Neste contexto, vale inferir quanto ao poderio militar de ambos, afinal, enquanto o movimento sionista possuía o apoio de potências internacionais, os palestinos até pouco tempo ainda sofriam com as sanções e prisões britânicas, ou seja, a disparidade militar era e ainda é extremamente significativa.

O movimento sionista não buscando uma coexistência com árabes, mas sim que, ao tornarem-se maioria na Palestina, pudessem expulsar os árabes da região, estabelecendo seu Estado Judeu, intensificaram as medidas que objetivavam a “limpeza étnica” da região. Essas medidas, fazendo uso da força militar superior de Israel e do controle israelense da maioria das fronteiras e recursos como água e comida, a partir da coerção impulsionava os muçulmanos a deixar a região, seja por ataques dos grupos armados, invasões de vilas ou bloqueios. (HOUAT, 2006)

Posteriormente ao plano de partilha, foram criadas inúmeras organizações israelenses que objetivavam reverter bens palestinos para o Estado de Israel, como exemplos

tem-se Ordenação de Áreas Abandonadas, Regulamento de Cultivo de Terras Desaproveitadas, Regulamento da Propriedade dos Ausentes, Lei da Propriedade e da Expropriação, entre muitos outros. (HOUAT, 2006) Todas “justificando” que os judeus estavam tomando terras e bens abandonados.

Em 1948, depois de vários e violentos conflitos entre os palestinos e os israelenses, período esse conhecido como Al- Nakba, o Estado de Israel declarou sua independência, a qual foi seguida do reconhecimento do novo país pelos Estados Unidos e pela União Soviética, ou seja, o Estado de Israel nasce dentro de um sistema bipolar com o apoio de duas superpotências. Contra o estabelecimento do Estado de Israel, os países árabes vizinhos à Palestina unem-se e declaram guerra contra o novo Estado. (HOUAT, 2006)

Os árabes, mesmo sendo maioria, em número de países, possuíam poderio militar semelhante ao Estado de Israel, logo, a guerra terminou em 1949 com um certo “equilíbrio” entre israelenses, e os países árabes vizinhos. Com o fim da Guerra, o Estado de Israel, além de reafirmar as fronteiras definidas na partilha anexou partes palestinas e a parte Ocidental de Jerusalém ao seu território, ficando a Jordânia com a parte Oriental e a Cisjordânia e o Egito com a Faixa de Gaza. (HOUAT, 2006)

O mapa abaixo apresenta a configuração do território palestino após a Guerra de 1948.

Figura 2 – Território palestino após a Guerra de 1948.



Fonte: Folha de São Paulo, 2014.

De acordo com o mapa é possível observar que em 1949, o proposto Estado árabe já não é nem mencionado no mapa, enquanto o Estado judeu passa a ser denominado Estado de Israel, já que o mesmo declarou sua independência em 1948 e foi reconhecido como país por potências internacionais como os Estados Unidos e a antiga União Soviética. Assim como, observa-se também a anexação de partes do território palestino aos países árabes vizinhos.

Nos anos que se seguiram os conflitos continuaram, internamente entre palestinos e israelenses, que com o passar do tempo continuaram criando assentamentos ilegais na palestina e privando os palestinos de acesso às suas fronteiras, assim como outras dificuldades. E externamente entre os países árabes vizinhos e os israelenses, por interesses puramente israelenses, por apoio às potências internacionais que buscavam recursos e passagens no Oriente Médio ou para ajudar na contenção da União Soviética. (HOUAT, 2006)

Quanto às guerras envolvendo Israel, algumas podem ser destacadas. Como a Guerra de Suez em 1956, onde Israel, França e Inglaterra contra o Egito apoiado pela União Soviética, buscavam posições estratégicas no Canal de Suez, o qual é uma importante passagem no Oriente Médio e que estava sob ameaça de ser nacionalizado pelo Egito. Em um contexto de Guerra Fria, a União Soviética ao apoiar o Egito pressionou as tropas inimigas a se retirarem, restando apenas a instabilidade entre os envolvidos. (SOUSA, 2019)

A Guerra dos Seis Dias, que aconteceu em 1967, sendo fomentada a partir dos movimentos palestinos de retaliação aos territórios anexados pelo Estado de Israel, a partir de ataques terroristas ao mesmo. O Estado de Israel, que possuía um poderio militar extremamente superior, lutou contra o Egito, a Síria e a Jordânia. Com o fim da guerra e a vitória de Israel, o mesmo anexou mais territórios ao seu Estado, como Gaza, a Península do Sinai, as Colinas de Golã, a Cisjordânia e parte de Jerusalém. (PINTO, 2019)

Com o fim da guerra a Organização das Nações Unidas tentou intervir, pedindo a devolução dos territórios anexados, porém, a mesma foi ignorada, o que fomentou outra guerra. Em 1973, no dia da comemoração do Yom Kippur (Dia do Perdão israelense), tropas da Síria e do Egito iniciaram um ataque militar contra Israel, o qual conseguiu responder a tempo de vencer a guerra, entretanto, mesmo perdendo para os árabes a guerra foi importante ao mostrar o seu repúdio contra os judeus no Oriente Médio. (SOUSA, 2019)

Uma das consequências mais graves da guerra de Yom Kippur em 1973 foi a crise do petróleo, que nasceu depois dela, em função de os países árabes integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) se negarem a vender petróleo aos países que apoiavam o governo israelense, fazendo com que crescesse a procura por outras fontes de

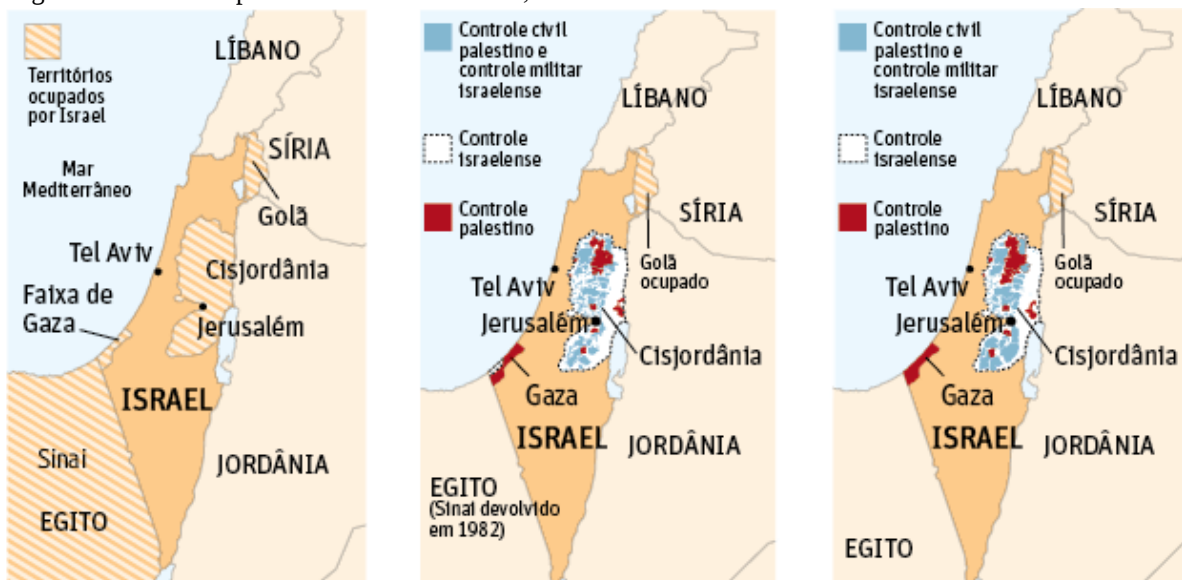
energia. Nos anos seguintes, considerando a migração forçada dos palestinos perseguidos para os países vizinhos, foram travados mais alguns conflitos. (SOUSA, 2019)

Como a Guerra Civil Libanesa em 1975, a Guerra da Síria em 1976 e a Segunda Guerra Libanesa entre árabes e judeus em 1982. Até que em 1987 acontece um conflito entre palestinos e judeus que fica conhecido como a Primeira Intifada. O termo Intifada, tem origem árabe e se refere a “revolta” ou “agitação”, e o mesmo foi um movimento espontâneo palestino contra a ocupação israelense, ou seja, foi espontâneo pelo fato de não ter sido organizado por nenhum grupo político ou armado. (MIRAGAYA, 2017)

No ano de 1987, faziam vinte anos desde que a Faixa de Gaza e a Cisjordânia tinham sido anexadas ao território israelense em 1967. Neste contexto tinha-se que os palestinos reconheciam que a ocupação israelense nessas áreas proporcionava uma vida melhor do que quando as mesmas pertenciam ao Egito e a Jordânia, entretanto, a maior parte dos palestinos eram considerados mão de obra barata, vivendo em situação de pobreza e não gozando de direitos civis iguais. (MIRAGAYA, 2017)

Neste contexto, o mapa abaixo mostra as configurações do território palestino entre 1967, com a anexação da Faixa de Gaza e da Cisjordânia ao Estado de Israel, a Primeira Intifada em 1988 e por último, uma configuração de 2014, mais semelhante aos dias atuais.

Figura 3 – Território palestino nos anos de 1967, 1988 e 2014.



Fonte: Folha de São Paulo, 2014.

Os mapas acima mostram que, os territórios palestinos conquistados pela Jordânia e pelo Egito em 1948, foram reincorporados pelo Estado de Israel, juntamente com o Sinai em 1967. Nos anos seguintes, o conflito continuava inflamado entre israelenses e palestinos até que

1988 é realizada a Primeira Intifada, o cenário em que ocorreu a Intifada já contava com a devolução do Sinai ao Egito em 1982, assim como o mapa apresenta novas configurações, onde tem-se o Estado de Israel, o território ocupado por Israel, o território sob controle palestino e o território sob controle militar israelense e civil palestino.

Neste cenário político e social, existia uma crescente insatisfação dos palestinos para com o Estado de Israel, visto que a memória da ocupação jordaniana e egípcia já era distante, enquanto a israelense ainda tirava direitos todos os dias, assim como, a Questão Palestina foi colocada em segundo lugar no cenário internacional, em função da guerra entre o Irã e o Iraque, e os palestinos não tinham nada a perder, visto que não contavam com nenhum tipo de apoio. (MIRAGAYA, 2017)

O ponto máximo de insatisfação que fez eclodir a Primeira Intifada foi uma situação onde um caminhão israelense bateu em um ônibus palestino, o que resultou em quatro mortes de palestinos. Depois disso, os judeus alegaram que foi um acidente e os árabes alegaram que foi proposital, visto que eram comuns assassinatos. A disparidade do conflito do ponto de vista bélico foi enorme, visto que enquanto palestinos dispunham de armas simples, paus e pedras, os israelenses tinham força militar completa. (MIRAGAYA, 2017)

Antes da Segunda Intifada em 2000, foi realizada em 1993 a Conferência de Oslo na Noruega, a qual mesmo não colocando fim ao conflito árabe israelense significou um grande avanço para os palestinos que passaram a ter mais autonomia nos territórios anexados por Israel em 1967, assim como, foi criada a Autoridade Nacional Palestina – ANP, que mesmo não concedendo aos palestinos os direitos de um Estado soberano, foi um marco político rumo a uma representatividade palestina no cenário internacional. (TERRA, 2019)

Antes da criação da designação de uma Autoridade Palestina em 1993, a principal órgão que falava em nome dos palestinos era a Organização de Libertação da Palestina – OLP, a qual sendo criada em 1964, tinha como principal objetivo a reintegração do território israelense para os palestinos. (CAPES, 2019) Neste contexto, destaca-se o nome de Yasser Arafat, o qual sendo um político palestino, que em 1969 assumiu a presidência da OLP foi de suma importância nas negociações com israelenses, árabes e outras potências internacionais. (EDUCAÇÃO, 2015)

Entre os principais eventos da carreira política de Arafat destacam-se 1969, a presidência da OLP, 1973, o reconhecimento como líder legítimo da palestina pelo países árabes, entre os anos de 1979 e 1988, a superação de golpes contra a Palestina por parte dos vizinhos árabes, 1993, os Tratados de Paz com Israel na Conferência de Oslo, 1994, Arafat assumiu como chefe da Autoridade Palestina depois de 27 anos de exílio. (EDUCAÇÃO, 2015)

A Segunda Intifada em 2000, continuou sendo pela insatisfação dos palestinos quanto a situação da Questão Palestina, pois com os assentamentos crescendo, os direitos cada vez mais reduzidos, com o Sistema Internacional postergando qualquer solução, visto que os Estados Unidos apoiam o Estado de Israel e com as fracassadas tentativas de paz, em 2000 é realizada uma nova insurreição do povo palestino contra o Estado de Israel. O que fomentou ainda mais os grupos fundamentalistas de ambos os lados. (MIRAGAYA, 2017)

No que se refere aos grupos fundamentalistas, no conflito árabe israelense destacam-se as ações do Al-Fatah e do Hamas, os quais são grupos palestinos com opiniões opostas e que dentro da palestina provocam uma significativa ruptura. O Al-Fatah, que tem sua origem no final dos anos 1950 fundado pelo líder Yasser Arafat. E o Hamas, que tendo sua origem em 1987 possui um teor extremamente nacionalista, fazendo ações educacionais e beneficentes para palestinas e uma força militar fundamentalistas realizando ataques terroristas e ataques suicidas contra israelenses. (NAVARRO, 2018)

Como exemplo da divisão provocada pelos grupos palestinos Al-Fatah e Hamas, tem-se as eleições palestinas de 2007, quando o Hamas venceu as eleições parlamentares palestinas, porém, sua vitória não foi reconhecida pelo Al-Fatah, o que causou um grande problema interno, ficando a Faixa de Gaza sob controle do Hamas e a Cisjordânia sob controle do Al-Fatah. (G1, 2014)

Após a Segunda Intifada no ano 2000, muitos outros acontecimentos geraram conflitos entre palestinos e israelenses, como a construção de uma cerca em torno da Cisjordânia em 2001, o grupo Hamas, assumir o controle da Palestina em 2007, ataque da Faixa de Gaza, controlada pelo Hamas contra Israel em 2008, invasão da Faixa de Gaza por Israel 2009 e outros. (TERRA, 2019)

Na atualidade o conflito continua ativo e sem indícios de solução, visto que as questões territoriais, políticas e ideológicas envolvidas criam entre israelenses e palestinos uma relação com laços tênues e instáveis. Assim como, que a relação entre os dois povos é fomentada pelas interferências internacionais, como os Estados Unidos e os países árabes vizinhos.

4 OS DISCURSOS DAS LIDERANÇAS DE ISRAEL E DA PALESTINA NAS NAÇÕES UNIDAS

Com o objetivo de compreender o papel da religião nos discursos dos líderes políticos envolvidos no conflito árabe israelense, foram analisados os discursos oficiais dos líderes políticos do Estado de Israel e da Autoridade Palestina, no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) nos últimos cinco anos. Os discursos foram lidos na íntegra e então nas falas referentes aos desdobramentos do conflito árabe israelense, e à relação entre árabes e judeus, foram observadas exclamações que refletem motivos religiosos.

Os documentos analisados para coleta dos dados relevantes ao estudo, foram retirados do site oficial da Organização das Nações Unidas (ONU), abordando o período de 2014 a 2018. Observando que em alguns anos foram necessárias algumas contextualizações para o entendimento do argumento apresentado pelo líder político, essa pesquisa documental foi seguida de uma breve pesquisa exploratória em notícias dentro do mesmo período.

Neste momento é oportuno elucidar que, todas as exposições apresentadas neste capítulo, que não forem devidamente referenciadas, são argumentos que refletem a opinião da autora, sendo assim, são argumentos abertos a discussão. Neste contexto, vale destacar também, que este estudo não tem como objetivo apresentar uma resposta para a resolução do conflito árabe israelense, mas sim compreender como a religião, enquanto fator influenciador, está presente no meio político do mesmo.

4.1 69º SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS EM 2014

A 69ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi realizada entre os dias 24 de setembro de 2014 e 1 de outubro do mesmo ano na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América. A Sessão seguindo o protocolo da Organização das Nações Unidas, contou com a presença do Secretário Geral das Nações Unidas, o Sr. Ban Ki-moon, nacional da Coreia do Sul e foi presidida pelo Sr. Sam Kahamba Kutesa, nacional da Uganda. O representante do Estado de Israel foi o Primeiro Ministro israelense, Sr. Benjamin Netanyahu, e da Autoridade Palestina foi o Presidente palestino, Sr. Mahmud Abbas.

Considerando que o ano de 2014 foram realizadas ofensivas entre o Estado de Israel e a Autoridade Palestina na região da Faixa de Gaza, é válido compreender o cenário em que estavam os líderes políticos, na época dos discursos na Assembleia Geral das Nações Unidas. Realizando uma retrospectiva para acontecimentos anteriores a 2014, tem-se que a Faixa de

Gaza foi tomada por Israel na Guerra dos Seis Dias, em 1967, e depois de conflitos e negociações, parcialmente entregue aos palestinos em 2005, ficando as fronteiras terrestres, aéreas e marítimas ainda controladas por israelenses. (G1, 2014)

No ano de 2007, o grupo Hamas, venceu as eleições parlamentares palestinas, porém o seu opositor, o grupo Fatah, não reconheceu essa vitória, o que causou um problema interno na administração palestina, ficando a Faixa de Gaza sob controle do Hamas e a Cisjordânia sob controle do Fatah. No ano de 2014, o embate tem início com o desaparecimento de três jovens israelenses na Cisjordânia. Neste contexto, Israel acusou o Hamas dos desaparecimentos, o qual não negou nem confirmou a acusação, e deteve dezenas de membros do Hamas na Cisjordânia. (G1, 2014)

Então na Faixa de Gaza foram disparados foguetes contra Israel. No final de junho do ano de 2014, foram encontrados os corpos dos jovens com marcas de tiros, aumentando a tensão. Israel realiza disparos na Faixa de Gaza e em seguida um jovem palestino foi sequestrado e morto em Jerusalém Oriental, e de acordo com a autópsia, o menino foi queimado vivo. Israel prendeu judeus extremistas pelo assassinato do garoto palestino, e repudiou na mídia a ação dos mesmos, entretanto, mesmo assim foi reforçada a suspeita de motivação política, gerando mais protestos e embates na Faixa de Gaza. (G1, 2014)

No início de julho, após um intenso bombardeio de ativistas palestinos contra Israel, Israel fez dezenas de ataques aéreos contra a faixa de Gaza. Destarte, milhares de pessoas foram mortas, onde Israel alega que “o Hamas esconde militantes e armas em locais residenciais em Gaza, por isso é necessário atacá-los, mesmo que isso signifique que civis estejam entre as vítimas.” Enquanto os palestinos alegam que “o controle israelense sobre a Faixa de Gaza é abusivo e a situação humanitária insustentável. Os moradores dependem de Israel para ter eletricidade, água, meios de comunicação e até moeda.” (G1, 2014)

O Secretário Geral das Nações Unidas, Sr. Ban Ki-moon, teve como título do seu discurso em 2014 a frase “Da Turbulência à Paz”. O discurso do Secretário Geral discorreu a respeito de problemas internacionais como desigualdade, pobreza, refugiados e grupos terroristas, enquanto o Presidente da 69ª Sessão da Assembleia Geral Sr. Sam Kahamba Kutesa, discorreu sobre a importância das Nações Unidas e sobre alguns conflitos, crises e a desigualdade social do século atual. (AGNU, 2014a; AGNU, 2014b, tradução minha)

No que se refere ao conflito árabe israelense, o Presidente Sam Kahamba Kutesa, não mencionou nada, enquanto o Secretário Geral Ban Ki-moon, afirmou que, “Depois da última tragédia em Gaza, palestinos e israelenses estão mais polarizados do que nunca. Se nós não resolvermos uma solução de dois Estados, nós deixaremos um Estado com permanente

hostilidades”. (AGNU, 2014a; AGNU, 2014b, tradução minha) A decisão de não mencionar os recentes conflitos entre Israel e a Palestina do Presidente da Sessão Sr. Sam Kahamba Kutesa, assim como, o comentário genérico do Secretário Geral do ONU, Sr. Ban Ki-moon, mostram uma posição neutra da mesa de discussão para com o conflito.

O Presidente da Autoridade Palestina e do Comitê Executivo da Organização de Libertação da Palestina, Sr. Mahmoud Abbas, discursou no dia 26 de setembro de 2014. O discurso do Presidente Mahmoud Abbas teve como foco o conflito árabe israelense, tanto que o presidente palestino já iniciou sua fala pedindo a todos os presentes que evitem um novo Al-Nakba como o de 1948, enquanto pediu “suporte para o estabelecimento de um livre e independente Estado da Palestina agora”. (AGNU, 2014c, tradução minha)

Vale destacar que o Al-Nakba, como mencionado no contexto histórico foi o conflito entre palestinos e israelenses após a recusa da proposta de partilha da ONU de 1947 e durante o processo de independência de Israel em 1948. O Presidente Abbas também mencionou os ataques israelenses à Faixa de Gaza, assim como, classificou várias vezes em seu discurso a ação israelense como uma ocupação colonial e racista. (AGNU, 2014c, tradução minha)

Segundo o Presidente Abbas, “Eu afirmo na frente de vocês que o povo palestino mantém firme seu direito legítimo de defender-se contra a máquina de guerra israelense e resistir a essa ocupação israelense colonial e racista.” O Presidente ainda citou o desrespeito israelense quanto a Jerusalém, enquanto Cidade Santa de três religiões, afirmando que:

A campanha da ocupação visou especificamente a cidade de Jerusalém e seus habitantes, tentando alterar artificialmente o espírito, identidade e o caráter da Cidade Santa, com foco na mesquita Al-Aqsa, ameaçando consequências. Ao mesmo tempo, gangues racistas e armadas de colonos persistiram com seus crimes contra o povo palestino, a terra, mesquitas, igrejas, propriedades e oliveiras. (AGNU, 2014c, tradução minha)

Afirmou também que estava confiante no apoio daqueles que não querem que a Palestina testemunhe novas guerras e que lutam contra o “terrorismo que assola nossa região por grupos - como ‘ISIL’ e outros que não têm qualquer base na religião islâmica tolerante ou com a humanidade e que estão cometendo atrocidades brutais e hediondas”. O Presidente Abbas, ainda afirmou que “o futuro proposto pelo governo de Israel para o povo palestino é, na melhor das hipóteses, guetos isolados para palestinos em terras fragmentadas, sem fronteiras e sem soberania sobre o espaço aéreo, a água e aos recursos naturais”. E concluiu sua fala afirmando, “Há uma ocupação que deve terminar agora. Há um povo que deve ser libertado

imediatamente. Chegou a hora da independência do Estado da Palestina.” (AGNU, 2014c, tradução minha)

O Primeiro Ministro do Estado de Israel, Sr. Benjamin Netanyahu, discursou no dia 29 de setembro de 2014. O discurso do Primeiro Ministro Netanyahu, teve como foco o grupo Hamas, evidenciando a brutalidade do grupo, sua ligação ideológica com o ISIS e principalmente sobre o perigo dos militantes islâmicos. No que se refere aos militantes islâmicos, Netanyahu enfatizou, “não são militantes, não são islâmicos, são militantes islâmicos”, os quais não poupam ninguém, “nenhum credo, nenhuma fé e nenhum grupo étnico diferente está fora do alcance”. (AGNU, 2014d, tradução minha)

Como um modo de enfatizar ainda mais sua crença na periculosidade global dos militantes islâmicos, Netanyahu os comparou a um câncer.

Agora, essa ameaça pode parecer exagerada para alguns, visto que começa pequena, como um câncer que ataca uma parte específica do corpo. Mas, se não verificado, o câncer cresce, criando metástases em áreas mais amplas. Para proteger a paz e a segurança do mundo, nós precisamos remover este câncer antes que seja muito tarde. (AGNU, 2014d, tradução minha)

O Primeiro Ministro Netanyahu também discorreu sobre os interesses ideológicos dos grupos extremistas Hamas e ISIS, afirmando juntamente com citações, o desejo de ambos de tornar o islamismo uma religião global. Quanto aos exemplos citados pelo Primeiro Ministro, tem-se:

[ISIS] Em breve chegará o dia em que os muçulmanos caminharão por toda parte como mestres [...] os muçulmanos farão com que o mundo ouça e compreenda o significado de terrorismo [...] e destruirão o ídolo da democracia.

[...]

[HAMAS] Dizemos isso ao Ocidente ... Por Allah, você será derrotado. Amanhã nossa nação estará no trono do mundo. (AGNU, 2014d, tradução minha)

Alegando que os militantes islâmicos têm o objetivo de dominar o mundo, o Primeiro Ministro afirmou que “Os nazistas acreditavam em uma raça dominante. Os militantes islâmicos acreditam em uma fé dominante”. Sendo que neste contexto, Netanyahu citou que essa dominação pode começar em breve com o Estado Islâmico do Irã, usando como exemplos falas de líderes iranianos. O Primeiro Ministro israelense também defendeu seu país das acusações internacionais sobre os ataques na Faixa de Gaza, afirmando que foi em legítima defesa do seu povo e do povo palestino, contra o grupo terrorista Hamas, assim como, ressalta a boa vontade dos israelenses na proteção aos palestinos e reafirma a periculosidade do Irã pelo seu poderio militar e bélico nuclear, colocando novamente sua posição de não invasor, alegando

que os israelenses não são estrangeiros pois a terra palestina pertencia aos seus ancestrais. (AGNU, 2014d, tradução minha)

4.2 70º SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS EM 2015

A 70ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi realizada entre os dias 28 de setembro de 2015 e 3 de outubro do mesmo ano na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América. A mesma seguindo o protocolo da Organização das Nações Unidas, contou com a presença do Secretário Geral das Nações Unidas, o Sr. Ban Ki-moon, nacional da Coreia do Sul e foi presidida pelo Sr. Mogens Lykketoft, nacional da Dinamarca. O representante do Estado de Israel foi o Primeiro Ministro israelense, Sr. Benjamin Netanyahu, e da Autoridade Palestina foi o Presidente palestino, Sr. Mahmoud Abbas.

Considerando que no ano de 2014 foram realizadas ofensivas entre Israel e a Palestina na região da Faixa de Gaza, é válido compreender o cenário em que estavam os líderes políticos, na época dos discursos na Assembleia Geral da ONU em 2015, ou seja, um ano depois do embate. Logo, no que se refere ao cenário político de 2015, tem-se que o ano começou com uma relação conturbada entre israelenses e palestinos, sob os efeitos da Operação Margem Protetora e suas consequências. A discussão foi principalmente no que diz respeito à assimetria de proporções, nos embates bélicos e morais do conflito, afinal, segundo notícias, militares e civis foram mortos, tanto por seus soldados, como pelos seus inimigos. Outro ponto relevante de 2015, é a reeleição do Primeiro Ministro israelense Sr. Benjamin Netanyahu. (SZUTER, 2015)

O discurso do Secretário Geral das Nações Unidas Sr. Ban Ki-moon, lembrou que no ano de 2015 foi comemorado os 70 anos da ONU, assim como, enfatizou sobre a importância da preservação do meio ambiente e a importância de prestar atenção quanto às mudanças climáticas. Ele também levantou outros problemas globais como os refugiados sírios e iraquianos, a necessidade de assistências humanitárias no Iêmen e o perigo de grupos extremistas e do terrorismo. No seu discurso de abertura o Presidente da 70ª Sessão da Assembleia Geral, Sr. Mogens Lykketoft, primeiramente falou a respeito da Aprovação da Agenda 2030, e que a mesma significava a criação de um mundo melhor. Assim como, mencionou a importância de terminar com os devastadores conflitos da atualidade para investir em desenvolvimento sustentável e fomentar a igualdade social e de gênero. (AGNU, 2015a; AGNU, 2015b, tradução minha)

No que se refere ao conflito árabe israelense, o Secretário Geral chamou a atenção de todos sobre a necessidade de uma solução afirmando que “nós”, referindo-se aos Estados ali presentes, devemos nos proteger do perigoso processo de paz do Oriente Médio, assim como, “é essencial que israelenses e palestinos se envolvam novamente, e que a comunidade internacional pressione as partes a fazê-lo. O mundo não pode mais esperar que os líderes finalmente escolham um caminho para a paz.” O Presidente da 70ª Sessão, não fez nenhum comentário direto ao conflito árabe israelense, entretanto, mencionou que a devastação da guerra e a autodestruição aumentaram no Oriente Médio, e outros lugares. (AGNU, 2015a; AGNU, 2015b, tradução minha)

O Presidente da Autoridade Palestina e do Comitê Executivo da Organização de Libertação da Palestina, Sr. Mahmoud Abbas, discursou no dia 30 de setembro de 2015. No seu discurso o Presidente da Autoridade Palestina Sr. Mahmoud Abbas, discorreu a respeito de um único tópico, pedir o reconhecimento da Palestina como Estado, para assim ter o amparo do direito internacional para proteger o seu território. Vale destacar que Abbas começou e terminou sua fala, com “Em nome de Deus, o Beneficente, o Misericordioso” e “Que a paz, a misericórdia e as bênçãos de Deus estejam sobre vocês.”, respectivamente. (AGNU, 2015c, tradução minha)

O Presidente acusou Israel de impedir que muçulmanos possam exercer sua crença e direitos religiosos em Jerusalém pela ação de grupos extremistas israelenses que estão realizando incursões em mesquitas, e tirando as santidades islâmicas e cristãs de Jerusalém. Assim como, o Presidente Abbas também afirmou que, um acordo de paz não é possível enquanto Israel não devolver os territórios ocupados em 1967. E citando “as palavras do falecido primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin em 1976, quando afirmou que Israel se tornaria um Estado do apartheid se continuar sua ocupação do Território Palestino e descreveu os assentamentos israelenses em terras palestinas como ‘câncer’.” De acordo com o Presidente,

[...] perigos do que está acontecendo em Jerusalém, onde grupos extremistas israelenses estão cometendo incursões sistemáticas e repetidas na mesquita de Al-Aqsa, destinadas a impor uma nova realidade e dividindo temporalmente A1-Haram A1-Sharif, permitindo que extremistas, sob a proteção das Forças de Ocupação de Israel e acompanhando ministros e membros do Knesset, entrem na mesquita em certos momentos, impedindo que os fiéis muçulmanos acessem e entrem na mesquita nos horários para exercer livremente seus direitos religiosos.

[...]

Chamo o governo de Israel, antes que seja tarde demais, a cessar o uso de força bruta para impor seus planos e para minar as santidades islâmicas e cristãs em Jerusalém, particularmente, as ações na mesquita A1-Aqsa, pois essas ações converterão o conflito de político para um religioso, criando um explosivo em Jerusalém e no resto do Território Palestino Ocupado. (AGNU, 2015c, tradução minha)

O Presidente ainda afirmou que a ação israelense de assentamentos e opressões, é humilhante, degradante e racista, seguida de um apelo “A Palestina é um país de santidade e paz. É o berço de Cristo, o mensageiro do amor e da paz, e os Isra "e Mi'raj (ascensão ao céu e à noite) de Maomé, que a paz esteja com ele, que foi enviado como uma misericórdia ao mundo”, a “Palestina que ainda procura paz e seu povo quer viver em sua terra natal em segurança, harmonia, estabilidade e boa vizinhança com todos os povos e países da região, o que é atestado por suas contribuições culturais, humanitárias e espirituais para humanidade desde o início.” (AGNU, 2015c, tradução minha)

O Primeiro Ministro do Estado de Israel Sr. Benjamin Netanyahu, discursou no dia 1 de outubro de 2015. No seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, o Primeiro Ministro do Estado de Israel Sr. Benjamin Netanyahu discorreu sobre três assuntos principais, o acordo de armas que não foi feito com o Irã, o acordo de paz proposto por Israel e recusado pela Palestina e o problema da Organização das Nações Unidas enquanto fomentadora da rejeição palestina contra Israel. (AGNU, 2015d, tradução minha)

No que se refere à Organização das Nações Unidas, o Primeiro Ministro afirmou que a mesma “pode ajudar a promover a paz apoiando negociações diretas e incondicionais entre as partes”. Assim como, que a Organização “certamente não ajudará a promover a paz tentando impor soluções ou encorajando o rejeicionismo palestino.” feito através dos ataques da ONU por meio de Resoluções contra Israel. O Primeiro Ministro Netanyahu, usou como exemplo, que “no ano passado, esta Assembleia adotou 20 resoluções contra Israel e apenas uma resolução sobre o massacre selvagem na Síria.” (AGNU, 2015d, tradução minha)

No que se refere ao Irã, o Primeiro Ministro afirmou que “esse acordo tratará o Irã como um país normal, mesmo que permaneça uma teocracia sombria que conquista seus vizinhos, patrocina o terrorismo em todo o mundo e canta ‘Morte a Israel’, ‘Morte à América’.” Ou seja, o Primeiro Ministro afirmou que o Irã é uma ameaça, que busca dominar todos os territórios árabes, e que toda comunidade internacional reconhece sua periculosidade, juntamente com os regimes de terror dos militantes islâmicos. (AGNU, 2015d, tradução minha)

O Primeiro Ministro depois de colocar o Estado de Israel no início do seu discurso Israel como a “única democracia no Oriente Médio”, e posteriormente enfatizar os valores do seu país como o desejo de paz e o compromisso com a verdade e com a justiça, ele mencionou, “enquanto o Oriente Médio está em caos, os acordos de paz de Israel com o Egito e a Jordânia são dois pilares da estabilidade. Israel continua comprometido em alcançar a paz com os palestinos também.” Sendo essa afirmação seguida da colocação, “estou preparado para retomar imediatamente, as negociações diretas de paz com a Autoridade Palestina, sem quaisquer pré-

condições. Infelizmente, o Presidente Abbas disse ontem que não está preparado para fazer isso.” E neste contexto, ele ainda mencionou que a paz buscada pelos israelenses é uma benção já prevista pelos profetas da Bíblia. (AGNU, 2015d, tradução minha)

Posteriormente Netanyahu seguiu seu discurso pedindo ao Presidente Abbas que sejam retomadas as negociações, para realmente tentar resolver o conflito, através do reconhecimento de ambas as partes e não permitido que o Estado Palestino seja um trampolim para outra ditadura islâmica no Oriente Médio. O Primeiro Ministro ressaltou o respeito de Israel ao direito de crença de judeus, muçulmanos e cristãos dentro de Jerusalém, assim como, relatou que o Presidente Abbas deveria se manifestar contra as ações dos militantes islâmicos que estão destruindo mesquitas e impedindo que judeus e cristão visitem lugares sagrados. E usou como exemplos, o crescimento da comunidade cristã israelense e uma jovem muçulmana israelense que foi oradora em sua universidade. (AGNU, 2015d, tradução minha)

4.3 71º SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS EM 2016

A 71º Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi realizada entre os dias 20 de setembro de 2016 e 26 de setembro do mesmo ano na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América. A mesma seguindo o protocolo da Organização das Nações Unidas, contou com a presença do Secretário Geral das Nações Unidas, o Sr. Ban Ki-moon, nacional da Coreia do Sul e foi presidida pelo Sr. Peter Thomson, nacional das Ilhas Fiji. O representante do Estado de Israel foi o Primeiro Ministro israelense, Sr. Benjamin Netanyahu, e da Autoridade Palestina foi o Presidente palestino, Sr. Mahmoud Abbas.

No que se refere ao cenário político de 2016 destaca-se a relação entre o Estado de Israel, a Organização das Nações Unidas e o contexto de eleições presidenciais estadunidenses pelas posturas do então Presidente Barack Obama e do Presidente eleito em 2016, Donald Trump. O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, condenou e considerou ilegais os assentamentos israelenses em território palestino, o que foi considerado pelo Estado de Israel como um ataque unilateral, diante da Questão Palestina, e contou com a abstenção do Presidente Obama enquanto representante dos Estados Unidos no Conselho de Segurança e com o apoio de Trump nas mídias sociais. (BBC, 2016; G1, 2016)

O discurso do Secretário Geral das Nações Unidas Sr. Ban Ki-moon, discorreu a respeito do conflito na Síria, desigualdades e conflitos do Sistema Internacional, a importância da união entre os Estados nas Nações Unidas e das ajudas humanitárias. O discurso do Presidente da 71º Sessão da Assembleia Geral, Sr. Peter Thomson, discorreu sobre o conflito

na Síria e sobre a importância da Agenda 2030 e da atenção às mudanças climáticas. No que se refere ao conflito árabe israelense o Presidente da 71ª Sessão não mencionou nada, enquanto o Secretário Geral das Nações Unidas, declarou:

Como amigo dos povos israelense e palestino, lamento que na última década tenham sido perdidos dez anos pela paz. Dez anos perdidos pela expansão ilegal de assentamentos. Dez anos perdidos na divisão palestina, pela crescente polarização e desesperança.

Isso é loucura. Substituir uma solução de dois estados por uma construção de um estado significaria condenação: negar aos palestinos sua liberdade e futuro justo e afastar Israel de sua visão de uma democracia judaica em direção a um maior isolamento global. (AGNU, 2016a; AGNU, 2016b, tradução minha)

O Presidente da Autoridade Palestina e do Comitê Executivo da Organização de Libertação da Palestina, Sr. Mahmoud Abbas, discursou no dia 22 de setembro de 2016. No seu discurso ele afirmou que a ocupação israelense age de forma racista e discrimina os indivíduos de religião muçulmana e cristã, assim como, relatou discriminações políticas e econômicas.

A discriminação racial de Israel contra o povo palestino tornou-se uma realidade diária, pois continua a privilegiar os colonos israelenses em nossas terras ocupadas, incluindo a concessão de licenças para construção residencial, bem como para fábricas, projetos econômicos e infraestrutura, como estradas, eletricidade e redes de água. [...] Continuam sendo emitidas ordens militares para proibir o uso da maioria de suas terras na Cisjordânia, incluindo Jerusalém, o Vale do Jordão e as costas palestinas no Mar Morto. E continua com seu bloqueio ilegal da Faixa de Gaza. E continua a alterar ilegalmente a identidade e o status da Jerusalém Oriental Ocupada e a cometer agressões e provocações contra nossos locais sagrados cristãos e muçulmanos, especialmente a Mesquita Al-Aqsa. A continuação das agressões israelenses contra nossos locais sagrados muçulmanos e cristãos está brincando com fogo. (AGNU, 2016c, tradução minha)

O Presidente Abbas, também afirmou que,

Não há conflito entre nós [árabes e muçulmanos], a religião judaica e seu povo. Nosso conflito está com a ocupação israelense de nossa terra. Respeitamos a religião judaica e condenamos a catástrofe que aconteceu com o povo judeu na Segunda Guerra Mundial na Europa e a vemos como um dos crimes mais hediondos perpetrados contra a humanidade. (AGNU, 2016c, tradução minha)

E posteriormente pediu a Grã-Bretanha que assuma suas responsabilidades históricas, legais, políticas, materiais e morais pelas consequências da Declaração Balfour de 1917, que faria 100 anos em 2017, assim como que peça desculpas ao povo palestino, pelo conflito territorial que se estende até os dias atuais. O Presidente Abbas, também afirmou que a Autoridade Palestina é totalmente contra o terrorismo, declarando, “nos opomos ao terrorismo em todas as suas formas e manifestações e o condenamos por quem quer que seja e em qualquer

lugar.” e afirmou ainda que, a Palestina apoia quem se opõe ao terrorismo e que o mesmo não possui religião, sendo apenas violência com interesses políticos e econômicos. De acordo com o Presidente Abbas, “Apoiamos os esforços para enfrentar o terrorismo, o extremismo, o sectarismo e a violência, e apelamos a permanecer unidos contra o terrorismo, o qual não conhece religião.” (AGNU, 2016c, tradução minha)

O Primeiro Ministro do Estado de Israel, Sr. Benjamin Netanyahu discursou no dia 22 de setembro de 2016. O discurso do primeiro ministro foi pautado no seu recente problema com a Organização das Nações Unidas, onde o Conselho de Segurança da Organização condenou os assentamentos israelenses em solo palestino. A esse respeito o Primeiro Ministro declarou, “Não aceitaremos nenhuma tentativa da ONU de ditar termos a Israel. O caminho para a paz atravessa Jerusalém e Ramallah, não é através de Nova York”, e ainda afirmou que “se a ONU gasta tanto tempo condenando a única democracia liberal no Oriente Médio, tem muito menos tempo para lidar com guerras, doenças, pobreza, mudanças climáticas e todos os outros problemas sérios que assolam o planeta.” (AGNU, 2016d, tradução minha)

O Primeiro Ministro israelense também criticou o Presidente palestino Mahmoud Abbas, por atacar em seu discurso a Declaração Balfour de 1917, enquanto pedia que a Grã-Bretanha lhe pedisse desculpas pela mesma, e falando com certo descaso citou exemplos meio irreais, onde a Palestina poderia reclamar legitimidade, além da Declaração Britânica de 1917, inclusive com exemplos de personagens bíblicos.

O Presidente Abbas acabou de atacar deste pódio a Declaração de Balfour. Ele está preparando um processo contra a Grã-Bretanha para essa declaração de 1917. Isso foi há quase 100 anos - falar sobre ficar preso no passado. Os palestinos também podem processar o Irã pela Declaração de Cyrus, que permitiu que os judeus reconstruíssem nosso templo em Jerusalém 2.500 anos atrás. Pense bem, por que não uma ação de classe palestina contra Abraão por comprar aquele terreno em Hebron, onde os pais e mães do povo judeu foram enterrados há 4.000 anos atrás? Você não está rindo. É tão absurdo quanto isso. Processar o governo britânico pela Declaração de Balfour? Ele está brincando? E isso é levado a sério aqui? (AGNU, 2016d, tradução minha)

O Primeiro Ministro, ainda mostrando descontentamento com as ações da Organização das Nações Unidas e as declarações do Presidente da Palestina, afirmou o desenvolvimento de um ambiente estável e harmonioso no Oriente Médio, a partir da relação entre o Estado de Israel e países árabes como o Egito e a Jordânia. O Primeiro Ministro afirmou que os árabes estão reconhecendo que o Estado de Israel não é inimigo deles, mas sim um aliado contra inimigos comuns, como o Irã e o ISIS, para construção de um ambiente seguro, com prosperidade e com paz. Assim como declarou,

“Estou cheio de esperança porque Israel trabalha incansavelmente para promover a igualdade e as oportunidades para todos os seus cidadãos: judeus, muçulmanos, cristãos, drusos, todos. E estou cheio de esperança, porque apesar de todos os opositores, acredito que nos próximos anos Israel forjará uma paz duradoura com todos os nossos vizinhos.” (AGNU, 2016d, tradução minha)

4.4 72º SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS EM 2017

A 72ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi realizada entre os dias 19 de setembro de 2017 e 25 de setembro do mesmo ano na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América. A mesma seguindo o protocolo da Organização das Nações Unidas, contou com a presença do Secretário Geral das Nações Unidas, o Sr. António Guterres, nacional de Portugal e foi presidida pelo Sr. Miroslav Lajčák, nacional da Eslováquia. O representante do Estado de Israel foi o Primeiro Ministro israelense, Sr. Benjamin Netanyahu, e da Autoridade Palestina foi o Presidente palestino, Sr. Mahmoud Abbas.

No que se refere ao cenário político de 2017 destaca-se que o ano em si é muito simbólico para a Questão Palestina, assim como, o mesmo exaltou os ânimos dos envolvidos no conflito árabe israelense. Afinal, no ano de 2017 completaram 100 anos da Declaração Balfour que em 1917, a qual significou um grande marco para o movimento sionista, 70 anos da proposta de partilha da Organização das Nações Unidas em 1967, 50 anos da ocupação da Faixa de Gaza por Israel, 30 anos da Primeira Intifada e 10 anos da divisão administrativa palestina e do bloqueio à Gaza. Assim como, no mesmo ano, o presidente recém-eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, prometeu reconhecer a cidade de Jerusalém como a capital do Estado de Israel. (EXAME, 2017)

O discurso do Secretário Geral das Nações Unidas Sr. António Guterres, discorreu a respeito dos problemas considerados por ele, como os mais sérios enfrentados pela Sociedade Internacional até 2017. Entre os problemas citados pelo Secretário Geral destaca-se o perigo nuclear, a ameaça do terrorismo, as violações do Direito Internacional Humanitário, as mudanças climáticas que ameaçam o planeta e a mobilidade humana. Sobre a mobilidade humana, no que se refere a crise de refugiados Guterres ainda salientou, “não apenas enfrentamos uma crise de refugiados; também enfrentamos uma crise de solidariedade”, porque de algum modo somos todos migrantes com “nossas culturas, religiões, tradições” que variam amplamente. (AGNU, 2017a, tradução minha)

O discurso do Presidente da 72ª da Assembleia Geral das Nações Unidas, Sr. Miroslav Lajčák, concordando com o do Secretário Geral das Nações Unidas, discorreu a respeito dos problemas enfrentados pela sociedade internacional, como os conflitos que matam

não só soldados, mas também civis e o terrorismo que aumenta ano após ano. No que se refere ao conflito árabe israelense, o Presidente da 72ª Sessão não o mencionou em seu discurso, enquanto o Secretário Geral das Nações Unidas apenas comentou:

“No mês passado, visitei Israel e a Palestina. Não devemos deixar a estagnação de hoje no processo de paz levar à escalada de amanhã. Nós devemos restaurar as esperanças do povo. A solução de dois estados continua sendo o único caminho a seguir. Deve ser buscado com urgência.” (AGNU, 2017b, tradução minha)

O Primeiro Ministro do Estado de Israel, Sr. Benjamin Netanyahu, discursou no dia 19 de setembro de 2017. Neste momento, vale destacar que o seu discurso não foi lido na íntegra, devido ao fato de que o documento do discurso não estava disponível no site oficial da Organização das Nações Unidas, logo, as informações abaixo são baseadas no resumo do discurso, feito pela própria Organização e colocado em seu portal online. De acordo com o resumo no site da Organização das Nações Unidas, o Primeiro Ministro Netanyahu discorreu sobre três pontos principais, sua insatisfação com as Resoluções aprovadas pelas Nações Unidas, sobre o Irã, enquanto um perigo global e a importância da iniciativa de Herzl, como patrono do movimento sionista. (AGNU, 2017d, tradução minha)

O Presidente da Autoridade Palestina e do Comitê Executivo da Organização de Libertação da Palestina, Sr. Mahmoud Abbas, discursou no dia 20 de setembro de 2017. O discurso do Presidente discorreu quase que totalmente a respeito da necessidade da criação de dois Estados com a delimitação de fronteiras de 1967. Assim como, reafirmou a caracterização da ocupação israelense como uma ocupação racista e colonial, declarou que se Israel busca tanto a paz, deveria sentir vergonha da ocupação, e que a Organização das Nações Unidas teria a obrigação de acabar com a ocupação. (AGNU, 2017c, tradução minha)

O Presidente mencionou uma Conferência Francesa, em prol da paz árabe israelense, a qual foi rejeitada e boicotada por Israel, de acordo com o Presidente, seguida da afirmação do seu comprometimento com a paz.

Exploramos todas as alternativas e envidamos grandes esforços para alcançar a paz com nossos vizinhos israelenses e, junto, com os Estados árabes e islâmicos, adotamos uma iniciativa inestimável - a Iniciativa para a Paz Árabe - com o objetivo de resolver o conflito entre palestinos e árabes-israelenses. (AGNU, 2017c, tradução minha)

Assim como que, “Eu enfatizei ainda em meu discurso no ano passado, antes da sua Assembleia, que o status quo no território ocupado do Estado da Palestina não é sustentável.” (AGNU, 2017c, tradução minha)

Posteriormente o Presidente Abbas relatou,

Advertimos no passado e continuamos a advertir sobre as políticas israelenses destinadas a consolidar a ocupação e os fatos coloniais no terreno em Jerusalém Oriental. Essas políticas despertam animosidade religiosa e podem levar a um conflito religioso violento. [...] Al-Quds é uma cidade ocupada e existem assentamentos israelenses em Jerusalém Oriental, junto com o resto Território Palestino Ocupado. (AGNU, 2017c, tradução minha)

Assim como afirmou que,

A solução de dois Estados está hoje em risco. Não podemos, como os palestinos, ficarem parados diante dessa ameaça, visando nossa existência nacional, política e social em nossa terra, e colocando em risco a paz e a segurança regionais e internacionais. Teremos que tomar medidas ou procurar alternativas para preservar nossa existência nacional e manter abertos os horizontes de paz e segurança. (AGNU, 2017c, tradução minha)

O Presidente palestino em todo seu discurso defendeu que sejam cumpridas as Resoluções da Organização das Nações Unidas, da mesma maneira que chamou a Corte Criminal Internacional para investigar Israel e salientou que, caso seja fomentada a ideia de um Estado único, a sociedade internacional estará recriando o Apartheid, seguida da afirmação de que o povo palestino não tem problemas com a religião judaica.

Nosso problema é com a ocupação colonial israelense e não com o judaísmo como religião. O judaísmo para nós palestinos - cristãos e muçulmanos - nunca será considerado uma ameaça. É uma religião monoteísta como o Islã e o Cristianismo. O próprio Criador diz no Alcorão: Em nome de Deus, o misericordioso "não distinguiremos entre seus profetas". Deus Todo-Poderoso falou a verdade. (AGNU, 2017c, tradução minha)

Para finalizar seu discurso o Presidente palestino, criou uma lista de tópicos, que segundo ele, são os pilares para a paz árabe israelense. São eles, implementar a Iniciativa de Paz Árabe, eliminar todos os assentamentos israelenses ilegais na Palestina, proteger o povo palestino em qualquer circunstância, fazer com que Israel obedeça aos limites de fronteira de 1967, reconhecer o Estado da Palestina no meio internacional e como membro da Organização das Nações Unidas, continuar com os suportes econômicos e ajudas humanitárias e fazer parte dos acordos internacionais como os que dizem respeito aos Direitos Humanos e à Agenda 2030. (AGNU, 2017c, tradução minha)

4.5 73º SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS EM 2018

A 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi realizada entre os dias 25 de setembro de 2018 e 1 de outubro do mesmo ano na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América. A mesma seguindo o protocolo da Organização das Nações Unidas, contou com a presença do Secretário Geral das Nações Unidas, o Sr. António Guterres, nacional de Portugal e foi presidida pela Sr.^a. María Fernanda Espinosa Garcés, nacional do Equador. O representante do Estado de Israel foi o Primeiro Ministro israelense, Sr. Benjamin Netanyahu, e da Autoridade Palestina foi o Presidente palestino, Sr. Mahmoud Abbas.

No que se refere ao cenário político de 2018 tem-se que o ano ainda reflete as datas marcantes do ano anterior, como os 100 anos da Declaração de Balfour e os 70 anos da proposta de partilha apresentada pela Organização das Nações Unidas. Neste contexto, já conflituoso, o governo estadunidense instala uma embaixada americana em Jerusalém, o que simbolizando o reconhecimento de Jerusalém como capital do Estado de Israel, gera mais uma grande onda de tensão. Afinal, o território de Jerusalém, deverá estar incluso nas negociações de paz, quando elas acontecerem, e não simplesmente adotado como parte do território. (PAPPE, 2018)

O discurso do Secretário Geral das Nações Unidas Sr. António Guterres, discorreu a respeito de problemas de ordem internacional como um déficit de confiança entre os Estados e Organizações e uma conexão mundial que torna as sociedades mais fragmentadas, ressaltando a importância de valorizar a cooperação internacional oferecendo paz, segurança e direitos humanos, assim como, os perigos nucleares existentes e a necessidade de atenção humanitária aos migrantes e refugiados. No que se refere ao conflito árabe israelense o Secretário Geral só afirmou “Palestinos e israelenses ainda estão presos em um conflito sem fim, com os dois estados solução cada vez mais distante.” (AGNU, 2018a, tradução minha)

No discurso da Presidente da 73ª da Assembleia Geral das Nações Unidas, Sr.^a. María Fernanda Espinosa Garcés, a mesma ressaltou a importância da Organização das Nações Unidas e sua contribuição para humanidade, pelo direito internacional, pela promoção da paz, pelos direitos humanos e pela proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. Salientou a importância da cooperação, visto que ninguém pode ser indiferente ao sofrimento humano e “os conflitos mais agudos e as divergências são resolvidas através do diálogo, aproximação, generosidade e entendimento mútuo, mesmo quando existem diferenças culturais e religiosas.” Para finalizar seu discurso, a Presidente da 73ª Sessão, definiu alguns temas, os quais segundo a mesma devem ser incluídos nas discussões da assembleia. São eles, o empoderamento feminino, a implementação de um sistema para migrantes e refugiados, a criação de

oportunidades de trabalho, a atenção às mudanças climáticas e o desenvolvimento de uma política social junto com a revitalização das nações unidas. No que se refere ao conflito árabe israelense a Presidente não comentou nada. (AGNU, 2018b, tradução minha)

O Primeiro Ministro do Estado de Israel, Sr. Benjamin Netanyahu, discursou no dia 27 de setembro de 2018. No seu discurso o Primeiro Ministro focou em três críticas, a primeira em relação ao acordo nuclear recusado por Israel, com o Irã, o que segundo o Primeiro Ministro foi uma decisão sábia, visto que o Irã estaria apoiando o Terã e grupos terroristas para destruir a paz no Oriente Médio, e neste contexto criticou também a Organização das Nações Unidas, que frequentemente aprova resoluções contra Israel, mas depois de receber documentos e fotos, que são provas das ações nucleares do Irã, não tiveram nenhuma ação. O Primeiro Ministro também salientou seus acordos com os vizinhos árabes, mostrando que a Paz é possível, e a importância de Israel na cultura, tecnologia, medicina e outros. (AGNU, 2018d, tradução minha)

A última crítica foi contra a Autoridade Palestina e aos discursos do Presidente palestino Sr. Mahmoud Abbas, onde presidente palestino classifica Jerusalém com um Estado racista. De acordo com o Primeiro Ministro israelense, “Mas quando Israel é chamado de racista, Israel é chamado de racista por tornar o hebraico sua língua oficial e a Estrela de Davi, sua bandeira nacional, quando Israel é rotulado de Estado de apartheid por se declarar a nação do povo judeu, isso é absolutamente absurdo.” Isso é absurdo porque nesta assembleia existem mais de 100 países com apenas uma língua oficial, assim como, que muitos, mesmo tendo maioria religiosa de outro credo, possuem crescentes e cruzes em suas bandeiras nacionais. (AGNU, 2018d, tradução minha)

Quanto a acusação do Presidente Abbas, sobre Israel ser um Estado racista e de Apartheid, o Primeiro Ministro israelense declarou,

Presidente Abbas, você deveria saber melhor. Você escreveu uma dissertação negando o Holocausto. Seu A Autoridade Palestina impõe sentenças de morte aos palestinos por venderem terras aos judeus. Você fez ouviu isso? Se um judeu compra um apartamento, um pedaço de terra em qualquer lugar dos territórios palestinos, o Palestino que lhe vendeu aquela terra é executada. É o que a lei diz. Presidente Abbas, você orgulhosamente paga terroristas palestinos que assassinam judeus. De fato, quanto mais eles matar, mas você paga. Isso também está na lei deles. E você condena a moralidade de Israel? Você chama Israel racista? (AGNU, 2018d, tradução minha)

O Primeiro Ministro israelense ainda falou que, as acusações do Presidente Abbas não são um caminho para a paz, e que é preciso e necessário que tenha paz para os dois povos, uma paz justa, como a que o povo judeu busca. (AGNU, 2018d, tradução minha)

O Presidente da Autoridade Palestina e do Comitê Executivo da Organização de Libertação da Palestina, Sr. Mahmoud Abbas, discursou no dia 27 de setembro de 2018. O Presidente palestino, iniciou seu discurso afirmando “Jerusalém não está à venda e os direitos do povo palestino não estão em negociação”, assim como, no início e no final do discurso falou “Em nome de Deus, o mais misericordioso e benéfico” e “A paz e a misericórdia de Deus estejam com vocês”, respectivamente. No seu discurso o Presidente Abbas discorreu sobre a Questão Palestina e faz críticas a Organização das Nações Unidas, por não fazer valer suas Resoluções, a Grã-Bretanha, por não reconhecer seus erros históricos, aos Estados Unidos por falar de paz, mas agir unilateralmente em prol de Israel, e principalmente ao Estado de Israel, o qual segundo o mesmo continua com a sua ocupação colonial, racista e que adota políticas de discriminação semelhantes ao Apartheid. (AGNU, 2018c, tradução minha)

De acordo com o Presidente palestino,

Em julho passado, Israel adotou uma lei racista que cruzando todas as linhas vermelhas foi chamada de "Lei do Estado - nação do Povo Judeu". Esta lei nega a conexão do povo palestino com sua pátria histórica, descarta o seu direito à autodeterminação e a sua história e patrimônio, bem como as resoluções das Nações Unidas relevantes para a Questão da Palestina e os acordos concluídos com Israel. Esta lei levará inevitavelmente à criação de um Estado racista, um apartheid que anula a solução de dois Estados.

[...]

Esta lei discrimina os cidadãos árabes palestinos em Israel, concedendo o direito à autodeterminação exclusivamente aos judeus em Israel e legislando a discriminação contra os árabes. cidadãos, que constituem 20% da população de Israel, além de outros não-judeus que imigrou para Israel. Esta lei os tira de seus direitos como cidadãos. (AGNU, 2018c, tradução minha)

O Presidente Abbas ainda reafirma seu interesse em um acordo de paz com israelenses, desde que seja uma paz justa e duradoura, como a proposta pela Iniciativa de Paz Árabe. (AGNU, 2018c, tradução minha)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo enquanto instrumento de observação da força dos ideais religiosos dentro dos meios políticos de negociação internacional, buscou compreender o papel da religião nos discursos dos líderes políticos envolvidos no conflito árabe israelense. O conflito árabe israelense foi escolhido como base de estudo, por sua abrangência e antiguidade, afinal, o mesmo constitui um conflito de longuíssima duração e que é de suma importância para as relações políticas e econômicas, antigas e atuais, do Oriente Médio.

Analizando as falas do Sr. Benjamin Netanyahu, atual Primeiro Ministro do Estado de Israel e do Sr. Mahmoud Abbas, atual Presidente da Autoridade Palestina e do Comitê Executivo de Libertação da Palestina, no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, entre os anos de 2014 e 2018, foi possível observar que os dois líderes políticos se posicionam de maneira distinta no modo de se expressar, como colocando ou não termos coloquiais e religiosos em seus discursos, mas também apresentam semelhança, como comparando as ações do outro com antigos regimes autoritários e discriminatórios e caracterizando a religião do outro de forma pejorativa.

No que se refere as posturas distintas, tem-se que o Primeiro Ministro de Israel, Sr. Benjamim Netanyahu, possui em seu discurso, uma postura argumentativa e conservadora, assim como, faz uso de uma linguagem polida, sem uso de termos coloquiais ou religiosos. Seus argumentos são baseados em fatos, principalmente na sua oposição ao Irã e seus armamentos nucleares e sua postura conservadora baseia-se nas afirmações de que o Estado de Israel é um protetor da diversidade cultural, protegendo não só os seus civis, mas também palestinos em solo israelense e cristãos e muçulmanos em Jerusalém

Em contrapartida, o Presidente da Autoridade Palestina, Sr. Mahmoud Abbas, apresenta uma postura mais simples e direta, tendo como principal assunto de seus discursos o conflito árabe israelense, amparando seus argumentos nas resoluções já aprovadas no âmbito das Nações Unidas e relatando os abusos sofridos pelo povo palestino. O Presidente Abbas também faz uso de termos coloquiais e principalmente religiosos, visto que em mais de um discurso sua fala foi iniciada e finalizada em nome de Deus.

Nos discursos dos dois líderes políticos é possível observar uma discriminação contra a religião ou contra a forma de governo do outro por meio de termos como “militantes islâmicos” e “ocupação colonial e racista”. O Primeiro Ministro do Estado de Israel, mesmo afirmando que não são apenas islâmicos, mas sim militantes islâmicos, os apresenta várias vezes em seu discurso como muçulmanos fundamentalistas que são um perigo para o mundo e

principalmente para o Oriente Médio, enquanto o Presidente da Autoridade Palestina, se refere aos assentamentos e influências/controles israelenses em solo palestino como uma ocupação colonial e racista, ou seja, altamente discriminatória.

O terrorismo é outro assunto presente em todos os discursos analisados, tanto do Presidente Abbas como do Primeiro Ministro Netanyahu. O terrorismo do ponto de vista político, significa guerra, afinal, tem-se um grupo extremista que por motivos diversos comete crimes bárbaros. E do ponto de vista social, tem-se que o terrorismo pode ser associado a uma cultura, os palestinos neste contexto alegam que israelenses são terroristas por fazer uso do seu poder militar superior para oprimir e discriminar seu povo, e israelenses alertam sobre os perigos do islamismo radical.

Vale destacar que ambos, tanto o Estado de Israel como a Autoridade Palestina, possuem grupos nacionalistas radicais e extremistas, os quais mesmo não contando com apoio do governo, representam seus povos cometendo crimes hediondos em nome da sua nação. Assim como, destaca-se também que grupos armados e grupos terroristas, nem sempre estão no mesmo contexto, afinal, o mesmo grupo armado que assumiu o governo de determinado país pode ou não realizar um ataque terrorista nos conflitos futuros.

Ainda quanto a discriminação, tem-se que tanto nos discursos do Sr. Benjamim Netanyahu, como nos discursos do Sr. Mahmoud Abbas, tem-se a associação dos atuais governos do Estado de Israel e da Autoridade Palestina a antigos regimes autoritários e discriminatórios, como o Nazismo difundido pelos alemães na década de 1930 e o Apartheid realizado na África do Sul na década de 1950. Tanto o regime nazista quanto o apartheid, em suas respectivas épocas possuíam um discurso de ódio discriminatório e racista levando em consideração principalmente a cor da pele.

A oposição árabe muçulmana ao estabelecimento de um Estado Judeu em solo palestino, é neste contexto indicada pelos israelenses como um tipo de nazismo, em que ao invés de buscar a raça superior, como na década de 1930, é buscada a fé ou a religião superior, neste caso o Islã. No caso, tendo como base os discursos do Primeiro Ministro do Estado de Israel, os palestinos levantando a bandeira do antigo antissemitismo, oprimem os judeus socialmente enquanto povo de cultura e religião singular.

Em contrapartida, os palestinos alegam que a ocupação israelense em território palestino, considerando tanto os assentamentos ilegais, quanto as fronteiras anexadas em guerras no decorrer do conflito, se figura como o antigo Apartheid, da África do Sul. De acordo com os discursos do Presidente Mahmoud Abbas, os ocupantes, os israelenses, aceitam os povos não judeus em seu território, porém, os discriminam em âmbito social, no que se refere

ao acesso à educação, saúde, segurança e recursos, colocando assim o governo de Israel como uma ocupação colonial e racista.

Levando em consideração os aspectos destacados dos discursos do Primeiro Ministro de Israel, Sr. Benjamim Netanyahu e do Presidente da Autoridade Palestina, Sr. Mahmoud Abbas, observa-se que o principal traço religioso presente nos discursos é a utilização da religião e da cultura do outro de forma pejorativa, ou seja, ambos os líderes trazem seus princípios religiosos e culturais para os discursos, nas falas sobre o conflito, por meio de relações entre as ações do outro com caracterizações religiosas e culturais que se oporiam a sua religião e cultura.

6 REFERÊNCIAS

AGNU. **Discurso do Presidente da 69ª Sessão da Assembleia Geral Sr. Sam Kahamba Kutesa**. 2014b. Disponível em:

<https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/69/PGA_en.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

AGNU. **Discurso do Presidente da 70ª Sessão da Assembleia Geral Sr. Mogens Lykketoft**. 2015b. Disponível em:

<https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/70/70_PGAopening_en.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

AGNU. **Discurso do Presidente da 71ª Sessão da Assembleia Geral Sr. Peter Thomson**. 2016b. Disponível em:

<https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/71/71_PGAopening_en.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

AGNU. **Discurso do Presidente da 72ª Sessão da Assembleia Geral Sr. Miroslav Lajčák**. 2017b. Disponível em:

<https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/72/pgaopening_en.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

AGNU. **Discurso do Presidente da 73ª Sessão da Assembleia Geral Sr.ª. María Fernanda Espinosa Garcés**. 2018b. Disponível em:

<https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/73/pgaopening_en.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

AGNU. **Discurso do Presidente da Autoridade Palestina e do Comitê Executivo da Organização de Libertação da Palestina Sr. Mahmoud Abbas**. 2014c. Disponível em:

<https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/69/PS_en.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

AGNU. **Discurso do Presidente da Autoridade Palestina e do Comitê Executivo da Organização de Libertação da Palestina Sr. Mahmoud Abbas**. 2015c. Disponível em:

<https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/70/70_PS_en.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

AGNU. **Discurso do Presidente da Autoridade Palestina e do Comitê Executivo da Organização de Libertação da Palestina Sr. Mahmoud Abbas**. 2016c. Disponível em:

<https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/71/71_PS_en.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

AGNU. **Discurso do Presidente da Autoridade Palestina e do Comitê Executivo da Organização de Libertação da Palestina Sr. Mahmoud Abbas**. 2017c. Disponível em:

<https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/72/ps_en.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

AGNU. **Discurso do Presidente da Autoridade Palestina e do Comitê Executivo da Organização de Libertação da Palestina Sr. Mahmoud Abbas**. 2018c. Disponível em:

<https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/73/ps_en.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

AGNU. **Discurso do Primeiro Ministro do Estado de Israel Sr. Benjamin Netanyahu.** 2014d. Disponível em: <https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/69/IL_en.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

AGNU. **Discurso do Primeiro Ministro do Estado de Israel Sr. Benjamin Netanyahu.** 2015d. Disponível em: <https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/70/IL_EN.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

AGNU. **Discurso do Primeiro Ministro do Estado de Israel Sr. Benjamin Netanyahu.** 2016d. Disponível em: <https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/71/71_IL_en.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

AGNU. **Discurso do Primeiro Ministro do Estado de Israel Sr. Benjamin Netanyahu.** 2017d. Disponível em: <<https://gadebate.un.org/en/72/israel>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

AGNU. **Discurso do Primeiro Ministro do Estado de Israel Sr. Benjamin Netanyahu.** 2018d. Disponível em: <https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/73/il_en.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

AGNU. **Discurso do Secretário Geral das Nações Unidas Sr. António Guterres.** 2017a. Disponível em: <https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/72/unsg_en.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

AGNU. **Discurso do Secretário Geral das Nações Unidas Sr. António Guterres.** 2018a. Disponível em: <https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/73/unsg_en.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

AGNU. **Discurso do Secretário Geral das Nações Unidas Sr. Ban Ki-moon.** 2014a. Disponível em: <https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/69/SG_en.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2014.

AGNU. **Discurso do Secretário Geral das Nações Unidas Sr. Ban Ki-moon.** 2015a. Disponível em: <https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/70/70_SG_en.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

AGNU. **Discurso do Secretário Geral das Nações Unidas Sr. Ban Ki-moon.** 2016a. Disponível em: <https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/71/71_SG_en.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra Entre as Nações.** São Paulo: Universidade de Brasília, 2002. 936 p.

BBC. **Como o conflito Israel-Palestina está dividindo Obama, Trump e Netanyahu.** 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38456031>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

BOULOS, Guilherme. **A Palestina Apagada do Mapa.** 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/colunas/>>

guilhermeboulos/2014/07/1493573-a-palestina-apagada-do-mapa.shtml>. Acesso em: 21 out. 2019.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978. 294 p.

BRAUDEL, Fernand. **Gramática das Civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 506 p.

CAPES. **Organização para a Libertação da Palestina**. 2019. Disponível em: <<https://escola.britannica.com.br/artigo/Organiza%C3%A7%C3%A3o-para-a-Liberta%C3%A7%C3%A3o-da-Palestina/482147>>. Acesso em: 21 out. 2019.

DANTAS, Tiago. **Cristianismo**. 2019. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/religiao/cristianismo.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

EDUCAÇÃO, Klick. **Yasser Arafat**. 2015. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/biografias/yasser-arafat.htm>>. Acesso em: 21 out. 2019.

ESTRADA, Rodrigo Duque. Notas Preliminares para uma Agenda de Pesquisa em Relações Internacionais. In: CARLETTI, Anna; FERREIRA, Marcos Alan S. V. **Religião e Relações Internacionais: Dos Debates Teóricos ao Papel do Cristianismo e do Islã**. Curitiba: Juruá, 2016. Cap. 2. p. 53-86.

EXAME. **2017 será repleto de simbolismos para Israel e Palestina**. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/2017-sera-repleto-de-simbolismos-para-israel-e-palestina/>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

FERNANDES, Cláudio. **Nazismo**. 2019. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/nazismo.htm>>. Acesso em: 11 out. 2019.

FERRARA, Pasquale. Religião e Relações Internacionais: um enquadramento teórico. In: CARLETTI, Anna; FERREIRA, Marcos Alan S. V. **Religião e Relações Internacionais: Dos Debates Teóricos ao Papel do Cristianismo e do Islã**. Curitiba: Juruá, 2016. p. 87-119.

G1. **Entenda motivos dos dois lados do conflito entre palestinos e israelenses**. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/07/entenda-razoes-de-palestinos-e-israelenses-no-conflito-do-orient-medio.html>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

G1. **Trump diz que reconhecerá Jerusalém como capital 'unificada' de Israel**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2016/noticia/2016/09/trump-diz-que-reconhecera-jerusalem-como-capital-unificada-de-israel.html>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. **O Livro das Religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 315 p.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GORNIAC, Paulo. **Israel-Palestina: da Resolução 181 ao início dos anos 90**. 2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/conflito-israel-palestina/#toggle-id-1-closed>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

HAYNES, Jeffrey. Religião nas Relações Internacionais: Teoria e Prática. In: CARLETTI, Ana; FERREIRA, Marcos Alan S. V. **Religião e Relações Internacionais: Dos Debates Teóricos ao Papel do Cristianismo e do Islã**. Curitiba: Juruá, 2016. Cap. 1. p. 21-52.

HOUAT, Stephan Fernandes. **A Criação do Estado de Israel e um Único Estado como Solução dos Conflitos**. 2006. 132 f. Monografia (Graduação) - Curso de Direito, Centro Universitário do Pará, Belém, 2006.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque das Civilizações: e a Mudança na Ordem Mundial**. Lisboa: Gradiva, 2001. 417 p.

IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 256 p.

LAFER, Celso. **A identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

MATEO, Luiza Rodrigues. A direita cristã e a política externa dos Estados Unidos. In: CARLETTI, Anna; FERREIRA, Marcos Alan S. V. **Religião e Relações Internacionais: Dos Debates Teóricos ao Papel do Cristianismo e do Islã**. Curitiba: Juruá, 2016. p. 227-254.

MIRAGAYA, João K. **30 anos atrás: a Primeira Intifada**. 2017. Disponível em: <<http://www.conexaoisrael.org/30-anos-atras-primeira-intifada/2017-12-08/joao>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

NAVARRO, Roberto. **Quais são os principais grupos armados palestinos?** 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quais-sao-os-principais-grupos-armados-palestinos/>>. Acesso em: 21 out. 2019.

NEVES, Daniel. **Segunda Guerra Mundial**. 2019. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/segunda-guerra-mundial.htm>>. Acesso em: 11 out. 2019.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 250 p.

PAPPE, Ilan. **Israel e Palestina em 2018: descolonização e não paz**. 2018. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2018/05/14/israel-e-palestina-em-2018-descolonizacao-nao-paz/>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

PINTO, Tales. **Guerra dos Seis Dias e o Poder Israelense**. 2019. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/guerra-dos-seis-dias-poder-israelense.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

RIBEIRO, Amarolina. **Estado Laico e Estado Religioso**. 2019. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/estado-laico-estado-religioso.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

SALOMÃO, Gilberto. **Guerra dos Trinta Anos: Conflito entre católicos e protestantes marcou Europa de 1618 a 1648**. 2019. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/guerra-dos-trinta-anos-conflito-entre-catolicos-e-protestantes-marcou-europa-de-1618-a-1648.htm>. Acesso em: 17 jun. 2019.

SANTIAGO, Emerson. **Liga das Nações**. 2019. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/liga-das-nacoes/>. Acesso em: 12 out. 2019.

SILVA, Daniel Neves. **O que é antissemitismo?** 2019. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-antissemitismo.htm>. Acesso em: 21 jun. 2019.

SILVA, Daniel Neves. **O que é o sionismo?** 2019. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-sionismo.htm>. Acesso em: 10 nov. 2019.

SILVA, Daniel Neves. **Atentados de 11 de setembro**. 2019. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/11-de-setembro.htm>. Acesso em: 18 out. 2019.

SOUSA, Rainer. **Antissemitismo**. 2019. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/anti-semitismo.htm>. Acesso em: 11 nov. 2019.

SOUSA, Rainer. **Guerra de Suez**. 2019. Disponível em: <https://guerras.brasilescola.uol.com.br/seculo-xx/guerra-suez.htm>. Acesso em: 11 nov. 2019.

SOUSA, Rainer. **Guerra do Yom Kippur 1973**. 2019. Disponível em: <https://guerras.brasilescola.uol.com.br/seculo-xx/guerra-yom-kippur.htm>. Acesso em: 11 nov. 2019.

SZUSTER, Amir. **Retrospectiva 2015: Conexão Israel**. 2015. Disponível em: <http://www.conexaoisrael.org/retrospectiva-2015/2015-12-23/amir>. Acesso em: 14 nov. 2019.

TERRA. **Confirma a cronologia das tensões Israel e Palestina**. 2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/oriente-medio/confirma-a-cronologia-das-tensoes-israel-palestina,c918077dfec4b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 14 nov. 2019.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 246 p.

VIGEVANI, Tullo. Globalização e política: ampliação ou crise da democracia. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-edgar A. **Desafio da Globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 285-296.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. São Paulo: Universidade de Brasília, 2002. 329 p.

WILGES, Irineu. **Cultura Religiosa:** As Religiões do Mundo. 6. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 1994. 208 p.